

A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

Lia Machado**

A Amazônia constitui a maior região de florestas tropicais primitivas ainda existentes sobre a Terra, uma região ainda pouco conhecida, sobretudo em relação aos processos vitais. Adquiriu vida própria ao converter-se em objeto de investigação científica, um interesse que foi circunscrevendo e isolando a região como unidade *em si mesma*, em grande parte separada do conjunto das terras brasileiras. A legitimidade dessa percepção estritamente científica que se delineou no Século XIX foi reforçada em épocas posteriores, apoiada no isolamento da região em relação à área povoada do Brasil. Mesmo na época atual, finalizado o isolamento e consciente de que o conhecimento científico está aberto ao uso produtivo, é difícil ainda qualquer intento de crítica das conseqüências políticas e econômicas dos estudos e apreciações científicas sobre a região.

A atenção internacional dirigida à Amazônia na última década, principalmente à sua parte brasileira (dois terços da região), se deve à perspectiva de destruição da floresta pelo avanço da moderna civilização técnico-mercantil, o que tem gerado uma série de

propostas inibidoras do povoamento, desde as mais radicais, como torná-la "patrimônio biogenético da humanidade", e negociar sua preservação em troca de uma parte da dívida externa brasileira, até as propostas de zoneamento ecológico para direcionamento e contenção de investimentos (ecodesenvolvimento).

Como peões dessa grande trama de incertezas, interesses e ideologias se encontram as populações locais, tanto as populações nativas, descendentes de correntes migratórias de outras épocas, pressionadas a adaptar-se a uma nova lógica de ordenação do território, como a população imigrante, mobilizada, nas últimas décadas, para a ocupação e a integração da região ao restante do País. Essas mesmas populações também estão sujeitas a um jogo de representações, onde o habitante nativo é identificado com uma "economia ética ou natural", idealização já utilizada por muitos para contrastar com a investida do capitalismo.

Para um geógrafo, essa trama apresenta um interesse particular na medida em que sua complexidade força a um reexame da adequação de alguns dos conceitos de uso frequente na disciplina, entre eles, por exemplo,

* Recebido para publicação em 30 de setembro de 1991.

A primeira versão desse trabalho foi apresentada no VI Colóquio de Geografia Anual, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, outubro 1991.

** Geógrafa, Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ -, Pesquisadora do Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

os conceitos de fronteira, paisagem natural, rural-urbano, urbanização, e induz a questões mais gerais, como a articulação das relações entre várias escalas geográficas na constituição do nível local, ou ao papel das redes de transmissão da informação nas formas de organização do território.

De outro lado, persistentes problemas socioeconômicos caracterizam a macroestrutura agroespacial, como a concentração fundiária, a carência de infra-estrutura, a baixa produtividade das terras e a marginalização e subocupação dos trabalhadores, o que exige, por parte do observador, um esforço para diferenciar o transitório, que é comum às áreas de ocupação recente, dos elementos de continuidade e semelhança com a macroestrutura agroespacial a nível nacional.

O propósito deste trabalho é destacar os principais elementos que possibilitem a compreensão do processo de modelação de espaços agrários na Amazônia brasileira, atentando, de imediato, para o seguinte: a) a ocupação agrícola se processa de forma descontínua no espaço, configurando um padrão de “manchas”, à margem dos rios e vias de penetração, e no entorno de cidades e grandes projetos de exploração hidrelétrica e mineral; b) apesar do crescimento recente da produção agrícola, ela não participa de modo significativo da oferta agrícola a nível nacional.

A primeira parte está dedicada ao rastreamento histórico de conceitos como “fronteira”, “frente” e “pioneiro”, e do uso que deles foram feitos no Brasil. Na segunda parte apresentam-se as principais características do processo de assentamento agrícola na região amazônica brasileira, organizadas em torno de eixos temáticos.

FRONTEIRA AGRÍCOLA, FRENTE PIONEIRA E ESPAÇOS VAZIOS

A Hipótese da Fronteira

Pode ser um ponto de partida interessante começar com um breve comentário sobre a obra do historiador norte-americano, Frederick J. Turner (1893;1920), devido ao seu impacto sobre a imagem e o conceito de fronteira de povoamento. O uso do termo “fronteira”, aplicado aos movimentos de povoamento e colonização, e não no sentido

usual de limite político internacional, se difundiu nas Américas a partir de seus escritos. Seu pensamento estava dirigido para a investigação da dinâmica de transformação histórica na América do Norte, em meio a um debate de seus colegas historiadores sobre qual a origem das instituições do País. Turner se propôs a explicar a gênese da nação norte-americana como um processo autônomo, desencadeado a partir da conquista de terras a oeste da costa atlântica, desde o início da colonização. Formulou a hipótese de que a interação entre um ambiente com características geográficas excepcionais e o esforço coletivo de pequenos proprietários independentes foi responsável pelo desenvolvimento de instituições políticas democráticas nos Estados Unidos. Apoiado fortemente em generalizações emprestadas da Biologia e da Geografia, e citando Herder e Comte, o estudo de Turner associa a noção de “espaços vazios” ou “espaços abertos” ao povoamento, isto é, espaços com baixa densidade de população, à metáfora do organismo social.

O conceito de fronteira de Turner não foi de sua invenção, nem se reduz a uma única definição: é um lugar, um estado de espírito, e também um processo que avança no espaço. O êxito imediato de sua hipótese tem sido atribuído principalmente ao uso que faz de uma linguagem metafórica e analógica, comum ao meio científico e político de sua época: a fronteira seria um organismo vivo, com a capacidade de se adaptar aos fatores ambientais, ao mesmo tempo que expressaria a passagem para um estágio mais avançado de evolução social, constituindo o lugar de germinação do *espírito* da nação norte-americana (Coleman, 1966).

Fundamentadas na história e dirigidas às particularidades da sociedade norte-americana, as propostas de Turner podem ser consideradas como bastante irrelevantes para outros países das Américas, inclusive o Brasil. Sem embargo, tornou-se uma espécie de “modelo” para muitos escritos posteriores, em grande parte pelas relações que estabeleceu entre a expansão agrícola e os outros fatores de desenvolvimento nacional.

Entre os temas incluídos na *tese da fronteira*, se encontrava o da modernização, sempre associada por Turner ao nacionalismo. A partir de uma analogia com a “teoria dos germes”, ou seja, de que povos e instituições eram comparáveis aos germes biológicos, foi possível a Turner deduzir que, uma vez propagados os

germes da modernização, sucederia nas áreas primitivas ou “selvagens” a mesma seqüência de estágios - da coleta ao assentamento agrícola, até a emergência de cidades com economias diversificadas e, principalmente, industriais (Coleman: 31).

A modernização e o debate sobre as condições para a sua difusão ocupavam um lugar importante no pensamento de intelectuais da América Latina desde o início do Século XIX, já possível de identificar na obra de Sarmiento (*Civilización y barbarie. Vida de Juan Facundo Quiroga*, 1845). No decorrer do Século XIX, outros temas, que aparecem mais tarde nas teses de Turner sobre a fronteira, foram motivo de debates políticos. Foi o caso, por exemplo, dos debates sobre o papel dos imigrantes de origem européia e da pequena propriedade independente para a modernização da agricultura no Brasil (Hennessy, 1981; Mattos, 1987) e dos debates e propostas de interpretação da realidade social latino-americana a partir das idéias neolamarckianas e do darwinismo social (Crawford, 1961; Machado, 1989 c: 438). Como em Turner, as concepções ambientalistas e evolucionistas, aplicadas ao social através de metáforas, permitiam reafirmar, em termos científicos, a convicção da continuidade essencial da história e do papel determinante do ambiente natural. E também como Turner, os intelectuais latino-americanos, partidários da modernização, atribuíam uma grande importância aos meios de transporte para a integração político-econômica da nação (Meira Mattos, 1979; López del Amo, 1989).

Outro aspecto, incluído na tese da fronteira, é o papel das “terras livres” ou dos “espaços vazios” nas formações nacionais, principalmente aquelas com base territorial de grandes dimensões. Para Turner, a disponibilidade de terras livres significava as terras passíveis de serem apropriadas e transformadas em propriedade privada. Neste sentido, a fronteira teria atuado como “válvula de escape” para as populações pauperizadas do leste dos Estados Unidos e da Europa, oferecendo para cada indivíduo a oportunidade de adquirir uma pequena propriedade rural e se tornar independente: a democracia nasceria, assim, da terra livre (Smith, 1970: 252). Na realidade, o acesso à terra no oeste norte-americano não foi tão livre como propagado por Turner, pois, apesar do *Homestead Act*, o próprio avanço do povoamento e das vias de transporte atuou como regulador da apropriação privada do território (Moore Jr., 1973: 113 e ss). Tampou-

co o espaço se encontrava vazio, uma vez que era território indígena.

Sem embargo, para Turner, como para muitos de seus antecessores, os “espaços vazios” não correspondiam somente a um critério demográfico de baixa densidade de população. Era um conceito, elaborado em *contraposição* à presença indígena: os “espaços vazios” eram espaços não civilizados, quer dizer, aqueles onde não existiam as formas da civilização. A propriedade privada e o aparato jurídico que a legitimam sob a forma do Estado eram instituições próprias da civilização e ausentes das comunidades indígenas. Dessa maneira, era possível anular os argumentos jurídicos sobre o direito de posse dos indígenas sobre as terras americanas.

A disponibilidade de terras livres foi um argumento bastante comum entre os políticos e grandes proprietários do Brasil do Século XIX; contudo, foi utilizado em sentido oposto àquele dado por Turner: sem controle do acesso à propriedade da terra, haveria uma redução da oferta de mão-de-obra, tanto escrava como assalariada, o que poderia prejudicar, segundo eles, a grande agricultura de exportação. Nesse sentido, a lei de terras aprovada em 1850 e a política dita de “colonização” constituíram os eixos de uma política governamental que associou a concentração fundiária ao desenvolvimento do capital (Silva, 1982: 93). A consolidação de uma estrutura fundiária concentrada, particularmente no Estado de São Paulo, onde veio a centralizar-se a economia do café, foi garantida não somente pela tradição brasileira das *sesmarias* como também por uma política governamental dirigida no sentido de impedir o livre acesso dos trabalhadores rurais à terra (Lima, 1956; Silva, 1976: 72).

Como ocorre com certa freqüência, aquilo que é letra morta em um momento pode readquirir uma nova funcionalidade em outro. As teses de Turner ressurgem no Brasil na década de 70, tanto nos textos oficiais como nas críticas dos cientistas sociais. O novo fato, que desencadeou a exumação de termos como “fronteira móvel”, “espaços vazios” e “válvula de escape”, foi o *Plano de Integração Nacional*, concebido e implementado pelo governo militar naquele momento. O objetivo do plano era a incorporação definitiva da Amazônia brasileira ao Território Nacional, através da construção de uma infra-estrutura de redes (hidrelétricas, estradas, telecomunicação, cidades), e da distribuição de terras públicas

para empresários e imigrantes. Esses últimos seriam realocados das áreas de alta tensão social, como o Nordeste do País, para pequenas propriedades rurais na Amazônia, dedicando-se à produção de alimentos para o mercado interno. Por certo, o uso do território amazônico como “válvula de escape” para a população pauperizada de outras regiões do País foi sintetizado em uma frase do mais puro estilo turneriano: “as terras sem homens para os homens sem terra”.

Sem embargo, de nenhuma maneira se pode deduzir que as idéias contidas no *planejamento estratégico*, origem ideológica e normativa do Plano de Integração Nacional e de modernização econômica proposto na época, derivavam das propostas de Turner. Havia um ponto crucial a distinguir ambas: enquanto o historiador americano defendeu a hipótese de que a expansão da fronteira agrícola permitiu a descentralização política e, através desta, a consolidação da democracia, o planejamento estratégico (Silva, 1955; 1967) partia do princípio da centralização das decisões políticas, quer dizer, que a integração das “terras livres” e a modernização econômica deveriam ser administradas pelo Estado central, considerando o tutor da democratização. Por conseguinte, a ressonância de algumas das teses de Turner se situa a nível mais subjetivo e simbólico da relação estabelecida entre nacionalismo, modernização e expansão das fronteiras “internas” do território, no sentido de cumprir a expectativa secular de transformar o país na grande potência que a dimensão territorial e as riquezas naturais pareciam prometer.

O antigo argumento da disponibilidade ou “abundância” de terras públicas foi reavivado não só pelos textos oficiais como pelos defensores da tese de que a Amazônia, como fronteira de povoamento, deveria ser o “*locus* privilegiado para a reprodução do pequeno produtor” (Martins, 1973: 43). Nesse sentido, as terras “novas” poderiam ser divididas em pequenas propriedades e distribuídas entre a população imigrante, que as transformaria em unidades autônomas de auto-subsistência para a produção de alimentos básicos. A tese foi incorporada por diversas organizações não-governamentais e pela Igreja Católica, cuja atuação militante na região foi articulada em torno da defesa dos direitos dos pequenos ocupantes de terra sem titulação legal (CNBB, 1976).

Havia motivos concretos para a adoção da tese da pequena propriedade pelas organizações não-governamentais. No entanto, é possível reconhecer também uma tentativa de reformulação da tradição agrário-pastoril, idealizando uma economia “natural” ou “ética” baseada na agricultura de subsistência e não afetada pela economia de mercado, um pensamento compartilhado por Turner e muitos de seus antecessores (Smith, 1970: 252; Williams, 1990: 59). De fato, havia um precedente no Brasil, onde no contexto de lutas de terra a tradição agrário-pastoril foi integrada aos movimentos das comunidades marginalizadas inspirados no messianismo ou em doutrinas milenaristas (Queiroz, 1965; Hennessy, 1981; Musumeci, 1985).

Não é difícil perceber que em Turner, como em muitos de seus sucessores, existe uma dificuldade em conciliar a idéia de modernização, que supõe o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial, com a defesa de uma sociedade “ética” e “natural” na fronteira agrícola. Escapa ao propósito do texto explorar esse tipo de indagação, mas vale anotar aqui que constitui um dos temas principais das propostas ambientalistas e da ecologia política na última década.

Frentes e Zonas Pioneiras

Os conceitos de frente e zona pioneira também foram desenvolvidos tendo em vista o processo de ocupação do oeste norte-americano e, por isso mesmo, também se fundamentam em muitas das idéias sintetizadas no pensamento de Turner. Contudo, a aplicação desses conceitos no Brasil não foi mecânica.

Primeiro, porque a continuidade da expansão cafeeira no Sudeste do País, nas primeiras décadas do Século XX, atraiu a atenção de cientistas nacionais e estrangeiros, no sentido de explicar a especificidade dessa expansão relativamente às anteriores ondas de povoamento do interior. O interesse não era somente o de determinar as semelhanças e diferenças em relação ao modelo norte-americano, mas também ao passado e ao presente do País. Em segundo lugar, devido a uma combinação particular de circunstâncias, cientistas sociais europeus tiveram ocasião de permanecer no País durante períodos mais ou menos largos, o que possibilitou um contato maior com a realidade brasileira e um intercâmbio científico-acadêmico bastante intenso (Ferri e Motoyama, 1979). Os geógra-

fos, em particular, exerceram um papel influente nesse intercâmbio, sendo que dois deles, Pierre Monbeig e Leo Waibel, fizeram uma contribuição decisiva à conceituação de frentes e zonas pioneiras.

Monbeig, discípulo de Albert Demangeon e de Lucien Fébvre, em seus primeiros trabalhos publicados sobre a expansão agrícola no Sudeste e Sul do País, apontou vários traços distintivos de um “movimento pioneiro”.

O povoamento obedecia a uma concepção moderna de colonização. A construção de vias de circulação e o aparecimento de pequenos centros urbanos assim como o loteamento das terras rurais e urbanas e os sistemas de comercialização distinguiam o movimento pioneiro das anteriores formas de ocupação. Isso significava que era irrelevante se os espaços haviam sido apropriados anteriormente ou se fossem habitados ou não. Em síntese, o *dinamismo* das zonas pioneiras era produto de um novo tipo de financiamento, de organização e de escala dos empreendimentos, configurando uma economia capitalista moderna (Monbeig, 1935).

Sem embargo, não era o bastante afirmar que a “conquista de terras novas” significava a integração do campo a uma economia de tipo capitalista. Isso porque, em muitas regiões da América Latina, os coletores dos bosques tropicais, como os *seringueiros* e *castanheiros* da Amazônia, os *chicleros* do México ou os *yerbateros* do Paraguai e Brasil, também eram pioneiros, que não estavam no exterior e sim nas lindes dos circuitos econômicos e monetários. Uma baixa dos preços no mercado mundial os forçava a reduzir suas compras de sal, vestuário e complementos alimentares. O que é distinto na zona pioneira é a noção de propriedade da terra (Monbeig, 1981: 55).

A propriedade da terra nas zonas pioneiras apresenta, na análise de Monbeig, múltiplas facetas. Os grandes latifúndios pastoris haviam se apropriado, no passado, de vastas extensões de terra no interior do País, muitos deles com titulação legal; a terra, contudo, não tinha valor de mercado porque a atividade econômica se aproveitava dos campos e savanas, alterando muito pouco a paisagem “natural”. Ao reverso, nas franjas pioneiras, a principal atividade econômica era a agricultura, e sua expansão se fazia à custa da destruição das florestas subtropicais, obrigando a um investimento de capital desde o momento inicial, de desmatamento e preparo do solo. Significava, portanto, que o trabalho respon-

sável pela alteração da paisagem natural era o mesmo que atribuía valor à terra e, portanto, à propriedade.

A “marcha pioneira” foi como Monbeig denominou o deslocamento espacial das fronteiras do café no Sudeste do País tema de sua tese doutoral, publicada em 1950 e, até hoje, referência obrigatória dos estudos sobre a economia cafeeira no Brasil. Um dos aspectos fundamentais da marcha pioneira, apontado por Monbeig, era precisamente o grande salto do preço da terra provocado pela chegada do café, possibilitando intensa especulação fundiária. O comércio de terras dominava a tal ponto a sucessão de “frentes pioneiras”, que o geógrafo foi levado a afirmar que a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular (Monbeig, 1950: 143 e ss). Grandes proprietários (os *fazendeiros*), comerciantes de café e sociedades imobiliárias controlavam o mercado de terras, interferindo de maneira decisiva na dinâmica pioneira, na medida em que o controle do acesso à terra através do preço contribuía para a formação de um mercado de trabalho “livre”. Havia, portanto, uma *disponibilidade relativa de terras* nas frentes pioneiras.

A questão da disponibilidade de terras não seria tão importante se a capitalização, a nível da produção, fosse significativa. Isso ocorreu em frentes pioneiras de outros países, onde a propriedade da terra se tornava menos importante que o acesso ao crédito e à tecnologia (cf. Bowman, 1931: 25). Sem embargo, a expansão da produção de café, seja sob a forma de monocultura ou em associação com culturas de subsistência, era feita por *extensão* da área cultivada, através de sucessivos deslocamentos da fronteira agrícola, e com poucos investimentos diretamente produtivos. Por conseguinte, o acesso à terra e a concentração fundiária constituíam uma “condição” e não um aspecto secundário da agricultura cafeeira.

Um outro aspecto característico das frentes pioneiras era a presença massiva de imigrantes. Monbeig descreve as sucessivas correntes migratórias, de origem geográfica variada, começando pelos imigrantes europeus, japoneses e os próprios paulistas no início do Século XX, até sua substituição por uma grande migração interna, depois de 1930. A maioria dos imigrantes internos era proveniente dos estados do Nordeste do País, onde o nível de vida era dos mais baixos.

Aceitavam salários piores dos que os trabalhadores rurais paulistas, e também as atividades mais pesadas, constituindo, segundo Monbeig, “os proletários mais miseráveis das zonas pioneiras”. Assim mesmo, os sucessivos fluxos imigratórios pareciam confirmar a tese de que as oportunidades de mobilidade social e econômica nas frentes pioneiras eram maiores do que em seus lugares de origem.

Evidenciava-se uma sociedade móvel e em mutação que pressionava a todos, mesmo que em graus diferenciados, e se bem que a massa de pioneiros sem terra era a mais vulnerável às modificações, também o eram os grupos intermediários, de pequenos e médios proprietários e arrendatários, e de pequenos comerciantes rurais e urbanos. Inclusive os grandes proprietários e comerciantes estavam sujeitos a movimentos de ascensão e queda, com muito poucas exceções. Não obstante, era uma sociedade móvel e em mutação que reproduzia, em muitas de suas formas, a sociedade conservadora à qual parecia se contrapor. Voltar-se-á, mais adiante, a essa questão da “modernização conservadora” no Brasil. Nesse campo, Monbeig, um observador atento e sensível às contradições da modernização, preferiu privilegiar o aspecto que considerava positivo, o de “buscar o novo”. Golpes, turbulência e violência são fenômenos inerentes ao processo de buscar o novo, como reafirmou, 30 anos depois, ante a “conquista de terras novas” na Amazônia (Monbeig, 1981: 55).

Leo Waibel era geógrafo formado na Alemanha, onde se especializou em geografia agrária da América tropical. Mais tarde, durante a Segunda Guerra, radicou-se nos Estados Unidos, exercendo cargo de pesquisador e professor em universidades norte-americanas. Entre 1946 e 1950, permaneceu no Brasil, como técnico contratado do Conselho Nacional de Geografia, e foi nesse período que desenvolveu seu trabalho sobre as zonas pioneiras brasileiras (Waibel, 1955).

Começando com uma das idéias de F. J. Turner, de que a fronteira no sentido econômico é uma zona mais ou menos ampla, que se intercala entre o bosque virgem e a região civilizada - a zona pioneira -, Waibel afirma que é preciso distinguir os dois conceitos, o de *fronteira* e o de *pioneiro*.

Os caçadores, os extrativistas e os criadores de gado, nos Estados Unidos, na América Espanhola e no Brasil, eram homens da fronteira, penetrando nas florestas e criando um tipo de paisagem que não era nem terra civilizada nem floresta virgem (o *sertão*).

O conceito de pioneiro, sem embargo, significava mais do que um indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro não só expande o povoamento no espaço como também cria novos e mais elevados padrões de vida, melhorando as técnicas e a vida espiritual da comunidade (Waibel, 1979: 281). E continua:

no campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador nem o criador de gado podem ser considerados como pioneiros; somente o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. Naturalmente não levo em conta a mineração e a indústria, cujo desenvolvimento, em geral, leva a paisagens culturais urbanas. [...] De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o fluxo de uma forte corrente humana, [...] quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um *rush*. Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e avenidas são construídas, vilas e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população (Waibel, 1979: 282).

Para Waibel, portanto, é o cultivo da terra que constitui o fundamento econômico de uma zona pioneira. Seu parâmetro não era o oeste norte-americano e, sim, o “verdadeiro camponês, segundo o conceito europeu”, aquele que tem a virtude de estar intimamente vinculado à propriedade, conservada através das gerações, passando de pai para filho e deste para os netos (1979:310). O cultivo da terra deveria ser por métodos agrícolas intensivos, contrapondo-se ao padrão brasileiro de expandir o povoamento de forma dispersa, fundamentado nos grandes latifúndios improdutivos e no domínio dos especuladores de terra.

O camponês proposto por Waibel não vive em uma economia fechada, primitiva. Ademais de técnicas modernas, necessita de um produto comercial com boa aceitação no mercado nacional ou internacional. Criticou a

idéia de que fosse possível uma colonização no interior distante, a partir da fundação de cidades que formariam o mercado para os colonos que, por sua vez, receberiam das cidades os produtos manufaturados. Em algum momento desta economia fechada teria que ser produzido um produto agrícola ou industrial que pudesse ser colocado em mercados mais afastados para obter lucro, que constitui a “premissa fundamental para atrair o colono à floresta virgem e mantê-lo lá” (1979:310).

A zona pioneira é uma situação de momento. O problema para Waibel era determinar se, a longo prazo, poderia vir a ser uma forma eficaz de colonização. Seu interesse imediato pelo tema estava relacionado à sua participação no projeto do governo dos Estados Unidos (“Projeto N”) durante a Segunda Guerra, que buscava avaliar as possibilidades de localizar nas terras americanas imigrantes procedentes da Europa. Também nesse período o governo brasileiro havia desencadeado um programa de ocupação do interior do País.

A “Marcha Para Oeste”, como foi denominado o programa, apresentava uma concepção econômica da fronteira relacionada à expansão do mercado interno brasileiro. Se fosse estimulada a ocupação do interior, seria possível expandir o mercado interno e, com isso, criar bases mais sólidas para o desenvolvimento industrial. Em síntese, a ocupação do Território Nacional e a introdução de processos culturais modernos permitiriam que a “fronteira econômica” finalmente coincidissem com a fronteira política do País (Machado, 1989 b:661). O programa pouco realizou de concreto, mas provocou inúmeros debates. Não há dúvida que o nome escolhido era uma referência à “marcha para oeste” norte-americana. Waibel se propôs a fazer, então, um estudo comparativo com as zonas pioneiras brasileiras, chamando a atenção, de imediato, para as diferenças das condições naturais, históricas e sociais (1979:302).

Ao tratar das características de ambas as zonas pioneiras, especifica diferenças fundamentais quanto à marcha do povoamento, à localização das zonas pioneiras e ao desenvolvimento da agricultura. A marcha do povoamento mostrava que, no Brasil, até 1950, a expansão foi linear ou por núcleos, sem formar uma faixa contínua. Entre as zonas pioneiras, distantes entre si, existiam terras de

baixa densidade de povoamento e economicamente estagnadas. Não se localizavam a oeste e sim no interior da região de povoamento antigo. A população se deslocava no sentido sudoeste, na zona de influência das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Por sua vez, o sistema agrícola de queimada da floresta e rotação de terras, adotado nas zonas pioneiras brasileiras, não era um fenômeno transitório, como nos Estados Unidos, mas uma situação permanente.

Waibel atribuiu grande importância ao sistema de cultivo para explicar os poucos laços do colono à sua terra, considerando-o como principal motivo da facilidade com que vendia a propriedade.

Apesar de destacar o papel do mercado, da técnica e da urbanização, na avaliação das possibilidades de êxito de uma zona pioneira, Waibel atribuiu o mesmo peso às “condições naturais”. Nesse sentido, a Amazônia e a Região Centro-Oeste lhe pareceram pouco favoráveis ao povoamento intensivo. Ao invés, considerava a região subtropical do Sudeste e Sul do País como áreas mais fáceis de serem economicamente aproveitadas. Nestas, e não nas outras, é que deveria ser estimulada a intensificação da agricultura. Concordava que a ocupação do oeste era uma necessidade, só que mais de ordem militar do que econômica (1979:309).

A nível geral, o breve resumo e discussão das contribuições dos três autores permitem algumas conclusões a respeito dos conceitos de fronteira agrícola, espaços vazios e frentes pioneiras.

a) a “fronteira agrícola” seria um *lugar* onde é possível a criação do “novo”. O “novo” pode ser entendido como a introdução das formas e conceitos de vida de uma civilização técnico-mercantil. A variedade no grau de utilização de técnicas e ritmos de trabalho intensivos, de acessibilidade à propriedade da terra e da organização espacial, que supõe o desenvolvimento de infra-estrutura e de um sistema de comercialização eficaz, permite afirmar que a “fronteira agrícola” é também um processo, que cria a expectativa ou a possibilidade de melhor padrão e qualidade de vida para a população rural, em sua maior parte marginalizada e/ou sem possibilidade de mobilidade social ascendente no lugar de origem. Por isso mesmo, a massa de “pioneiros” é constituída de imigrantes. Como os imigrantes têm, em geral, origens culturais e sociais bastante

diferenciadas, e suas expectativas são heterogêneas, a “sociedade” pioneira é mutável e tensa. O mesmo espírito especulativo das grandes iniciativas e a confiança no futuro, que contrapõem os imigrantes à população porventura existente no lugar, também os induzem a caminhar sempre para diante, formando “frentes” de conquista de “terras novas”. Sem embargo, o deslocamento espacial encontra limites. Essas limitações são de ordem diversificada: as condições naturais, o preço da terra, a extensão física da infra-estrutura sobre o território ou a ausência de força de trabalho suficiente.

- b) o sistema agrícola adotado pelos colonos também pode constituir um motivo para o deslocamento das “frentes”. Se, ao invés da rotação de cultivos ou do emprego de outras técnicas intensivas de uso da terra favoráveis à permanência no lugar, o sistema adotado é o de rotação de terras, a produção agrícola cresce por extensão da área utilizada e não por melhora dos níveis de produtividade. Esse tipo de sistema agrícola é produto não só da baixa capitalização a nível da produção, como da existência de “abundância de terras”.
- c) a abundância ou disponibilidade de terras tem uma dimensão absoluta e relativa. É absoluta quando definida como determinante *físico* (quantidade de terras), uma consequência da extensão do território. É relativa, porque existem mecanismos socioeconômicos que regulam sua apropriação, como o preço da terra e a especulação fundiária, a condição jurídica das terras, a expropriação por violência e assim por diante. Em resumo, a disponibilidade de terras é relativa porque o que regula o movimento de apropriação não é *todo* o espaço e sim o espaço *organizado*, sobre o qual se desenvolve a produção. Por isso mesmo é que as lutas de terra ocorrem em lugares geográficos específicos, não importando a quantidade absoluta de terras.
- d) os espaços vazios são principalmente encontrados nas formações nacionais com base territorial de grandes dimensões. O conceito, na acepção usual, combina o critério demográfico de baixa densidade de população e a contraposição entre espaços civilizados e espaços não-civilizados ou “selvagens”. Aqui é preciso recordar

que a baixa densidade de população era considerada um indício de atraso econômico, desde o Século XVIII até meados do Século XX, momento em que a mecanização da agricultura modificou a relação homem/terra. O critério de “civilização” parece, à primeira vista, aplicável somente aos territórios dos índios. Na realidade, foi, e em muitos casos continua sendo, empregado para definir a relação de contato com populações aborígenes, quando dita população é valorada negativamente, por critérios étnicos ou econômicos (estagnação).

Ademais, de seus componentes ideológico-científico e econômico-demográfico, o conceito de “espaços vazios” pode ter também uma conotação político-militar, no sentido de proteção e segurança do território de um Estado e/ou de afirmação de sua potência e “destino manifesto”.

- e) a “paisagem” é um elemento fundamental para a construção do conceito de fronteira agrícola, frentes e zonas pioneiras. Permite descrever a especificidade do povoamento pioneiro, a respeito de um processo “normal” de expansão do povoamento. Nos movimentos pioneiros a “paisagem” se transforma em ritmo acelerado, os trabalhos de destruição e construção são simultâneos e visíveis ao observador. Nesse sentido, as noções de *dinâmica* e relação trabalho/tempo são essenciais para distingui-la da noção estética e literária de paisagem. Os conceitos de “paisagem cultural” e “paisagem natural”, como utilizados por Turner, Monbeig e Waibel, não correspondem a um contraste simples entre sociedade e natureza, e sim ao grau de domínio das formas de civilização sobre a natureza.
- f) em princípio, a “fronteira agrícola” se refere à expansão da área de cultivo, excluindo a criação de gado. A associação secular entre a ocorrência de florestas e solos férteis parecia indicar que as áreas de floresta eram mais favoráveis à expansão da fronteira agrícola. Sem embargo, essa visão da paisagem teve que ser modificada diante de situações concretas. Turner, por exemplo, pôde constatar a variedade das condições geográficas dos territórios da fronteira, concluindo, afinal, que a diversidade fisiográfica foi um dos principais motivos do êxito da ocupação do oeste norte-americano.

No caso do Brasil, o padrão secular de uso da terra havia circunscrito a criação de gado às áreas de campo e savana, e o cultivo às áreas de floresta. Isso significou a expansão de uma “frente pastoril” no interior, onde dominavam os grandes latifúndios e o povoamento disperso. A frente pioneira do café, e de agricultura de alimentos, ao escolher as áreas de floresta, parecia confirmar o padrão tradicional. Não obstante, Monbeig constatou que, com frequência, tanto nas áreas de abertura da frente como em sua retaguarda, a pecuária bovina se expandia em pastagens plantadas, substituindo as antigas florestas. Muitos anos mais tarde, também teve a oportunidade de constatar a expansão de frentes pioneiras agrícolas em áreas de savana e campo. Por conseguinte, a fronteira agrícola pode significar a expansão de ambas atividades e não se circunscreve às áreas de floresta.

Ao revés, Waibel insistiu que, no caso brasileiro, somente o cultivo da terra poderia caracterizar o movimento pioneiro, ao considerar o precedente histórico de fronteiras pastoris que haviam “conquistado” o interior sem consolidar o povoamento e sem melhorar o padrão de vida da população. Por isso, preferiu empregar o conceito de “zona pioneira”, ao invés de “fronteira agrícola”. O outro motivo que levou Waibel a preferir a noção de “zona pioneira”, no caso brasileiro, era sua ocorrência em áreas limitadas, no interior da zona de povoamento mais antigo. Essa localização geográfica particular estava determinada pela presença de vias de circulação modernas, o que demonstrava a importância para a economia pioneira do acesso a mercados de grandes dimensões.

g) por último, em Turner, Monbeig e Waibel encontra-se a defesa acrítica da pequena propriedade rural, como forma preferencial de colonização e organização agrária, seja por associação a noções de autonomia e liberdade (Turner), seja por considerá-la uma condição econômica essencial para a melhoria do padrão de vida da população rural, e um estímulo para sua permanência no campo (Monbeig e Waibel).

Apesar da brevidade dos comentários e da escolha forçosamente subjetiva e restrita de autores e questões, é possível constatar a multiplicidade de significados dos conceitos de fronteira agrícola, espaços vazios e frentes pioneiras. Tal multiplicidade de significados sugere a impossibilidade de tratar a experiên-

cia concreta de expansão pioneira, como um fenômeno meramente geográfico.

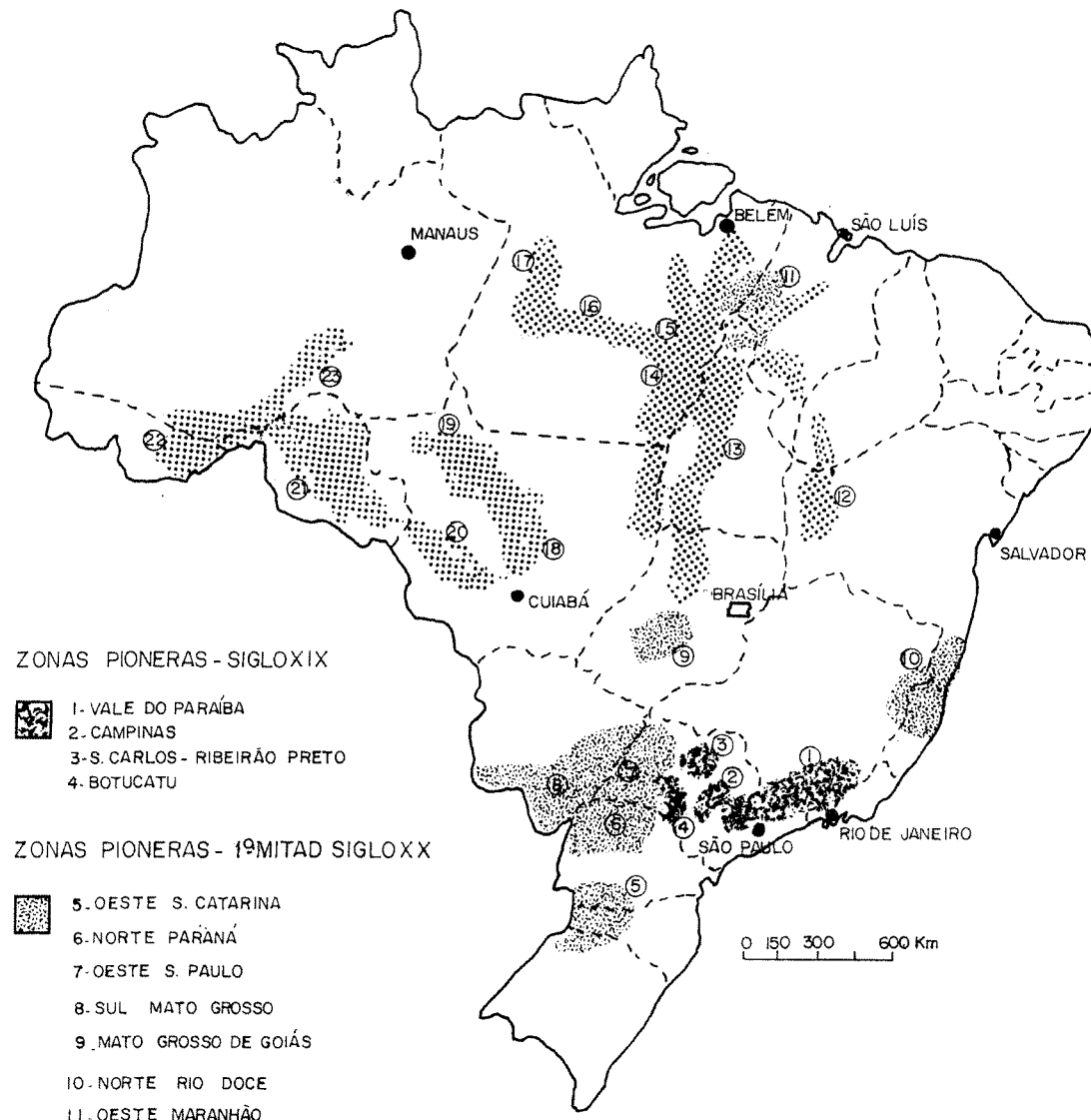
A Figura 1 mostra *grosso modo* a localização geográfica das fronteiras agrícolas brasileiras. As zonas pioneiras do Século XIX (1, 2, 3, 4) correspondem à expansão (marcha pioneira) da monocultura cafeeira em áreas de floresta tropical, compreendendo os Estados do Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e São Paulo. Tal expansão se deu em função da elevação dos preços no mercado internacional.

Nas zonas pioneiras da primeira metade do Século XX, não só o café como outros produtos foram responsáveis pela ocupação de áreas de floresta, tropicais e subtropicais. Em algumas áreas dominava o café, em consórcio com a produção de alimentos básicos (6, 7, 10); outras áreas eram domínio da policultura, desenvolvida em pequenas e médias propriedades (5, 8, 9); no oeste do Maranhão e extremo-norte do Estado do Tocantins, o cultivo do arroz foi responsável por frentes pioneiras, também predominando pequenas e médias propriedades (11). Em todas elas, depois de alguns anos, foi introduzida a pecuária, as pastagens substituindo uma parte dos antigos campos de cultivo. A entrada do gado podia decorrer da caída do preço do café nos mercados internacionais, da demanda de carne no mercado interno e/ou do rendimento decrescente das plantações.

A expansão das “frentes”, até 1950, decorreu da colonização espontânea, ou foi direcionada por companhias privadas de colonização, sendo mínima a intervenção governamental. Hoje, os estados que abrigaram as antigas zonas pioneiras do Século XIX e primeira metade do Século XX, em conjunto com o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás, são responsáveis por quase 75% de toda a produção agrícola do País. No entanto, restam grandes extensões de terras rurais improdutivas em meio das áreas economicamente aproveitadas.

Diferente do passado, as “fronteiras agrícolas” das últimas décadas estão localizadas em áreas de floresta tropical (14, 15, 16, 17, 21, 22, 23), savanas úmidas e secas, e campos (12, 13, 18, 19, 20). Genericamente, observa-se que: a) o padrão espacial está estreitamente vinculado à expansão das vias de circulação; b) são constituídas por movimentos espontâneos de imigração, e por iniciativa de projetos de colonização oficial e privada; c) podem estar especializadas em um único produto, como o arroz, a soja e o trigo, na policultura, ou mesmo

FIGURA 1
LAS FRONTERAS AGRICOLAS EN BRASIL (SIGLOS XIX-XX)



ELABORACIÓN: LIA MACHADO

DIBUJO: JOSÉ CARLOS MENESCAL

na pecuária; com plantio de pastagens; d) diferem quanto ao grau de tecnificação, podendo ser excepcionalmente modernas, como as frentes pioneiras das savanas e campos, ou extensivas, como as frentes pioneiras em área de floresta tropical.

A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA

A Amazônia como Conceito Geográfico, Político e Histórico

Ao focar a fronteira agrícola na Amazônia, o primeiro cuidado que se deve ter é estabelecer a matriz territorial de referência. As diferentes concepções da Amazônia interferem especialmente nas referências de dados estatísticos e áreas de desmatamento.

Em termos da bacia hidrográfica amazônica, a Amazônia compreende uma superfície de 7 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 4,8 milhões de quilômetros quadrados se encontram em território brasileiro, o que significa mais da metade do País.

Em termos da cobertura vegetal, apesar da pobreza dos conhecimentos atuais, foi possível determinar que o território da *selva* ou *hiléia* (floresta perenifolia tropical) constitui somente 40% da bacia do Amazonas, existindo outros tipos de selva que são, na realidade, variações da anterior (floresta subcaducifolia tropical, floresta de *várzea*), cada uma com espécies diversas e estruturas complexas; a aparente homogeneidade da selva amazônica é rompida também por "campos" ou savanas.

Segundo a divisão regional do País, a Amazônia compreende a *Região Norte* constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins, e a maior parte da *Região Centro-Oeste* (Estado do Mato Grosso). A soma das áreas desses estados é de 4,7 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, a divisão político-administrativa se fundamentou em um dos critérios geográficos possíveis, aquele correspondente ao território da bacia do rio Amazonas, mais amplo, portanto, do que a área de ocorrência da selva amazônica.

Uma outra concepção é a de "Amazônia Legal", criada para efeito de planejamento econômico e execução do *Plano de Valoriza-*

ção Econômica da Amazônia (1953). Compreendia, de início, os territórios federais de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá e os Estados do Pará e Amazonas (Região Norte), acrescido dos Estados do Mato Grosso (até o paralelo 16°S), Goiás (até o paralelo 13°S) e Maranhão (até o meridiano de 44°O). O critério geodésico foi adotado depois de largas discussões com os geógrafos, terminando por obedecer a considerações de ordem econômica e política, e de desenvolvimento regional (Moreira, 1956:109).

Desde 1960, a divisão política do Brasil foi alterada, com a transformação dos territórios federais em estados da Federação, a subdivisão do Estado do Mato Grosso (1977) e a criação do Estado do Tocantins (1988), os últimos aproveitando-se dos territórios delimitados segundo as antigas linhas geodésicas. Esses estados, acrescido da Região Norte e do oeste do Maranhão, integram a "Amazônia Legal" na atualidade, com uma área correspondente a quase 60% do Território Nacional.

Por certo, a alteração da divisão política brasileira nos últimos 30 anos é, em grande medida, uma consequência da expansão das fronteiras agroganaderas e das "frentes" de mineração, na Amazônia.

A Amazônia costumava ser um exemplo de "região natural", uma insinuação de que a interferência humana era pouco ou nada notável, sem dúvida uma espécie de reformulação do conceito de "espaços vazios". Recentemente, em muitos textos de defesa da ecologia amazônica, mesmo aqueles que incluem a defesa das terras indígenas, o antigo conceito de região natural é substituído pelo de "paisagem natural". No entanto, é impossível distinguir-se a "paisagem natural" e a humanizada ou "cultural" nas regiões amazônicas, devido ao sistema agrícola ameríndio de rotação de terras a longo prazo (Sternberg, 1986:44). Além disso, o nome "Amazônia" surgiu no Brasil em consequência da exploração da borracha na selva, e não como termo puramente científico, de reconhecimento de uma unidade "natural". Até o final do Século XIX, o povoamento havia se restringido ao vale do Amazonas e aos baixos vales de seus afluentes. A elevação do preço da borracha natural no mercado internacional foi responsável pela expansão extensiva do povoamento nos altos vales dos afluentes do rio Amazonas e, pela primeira vez, surgiu a "unidade espacial" da selva amazônica, fonte da matéria-prima para a indústria de pneumáticos (Machado, 1989c:381).

Se, na perspectiva de um observador distante, ou em representações cartográficas, as florestas compactas e cerradas parecem sugerir algum tipo de “unidade”, essa será sempre uma abstração, tanto do ponto de vista físico quanto humano: a selva não é homogênea, e o espaço vivido por seus habitantes, desde a época pré-colombiana até hoje, é fragmentado.

Qualquer que seja o critério de sua delimitação, a Amazônia apresenta, na atualidade, a exploração simultânea de diversos recursos - energético, mineral, vegetal e turístico. As iniciativas que deram origem a essa exploração são também responsáveis pelas frentes de colonização pastoril e agrícola; por isso mesmo devem ser consideradas em seu conjunto, do que se tratará a seguir.

As Estratégias do Governo Federal

A intervenção estatal no povoamento e valorização das terras amazônicas foi decisiva, no período 1965/85. Não que tenha sido a primeira vez em que políticas de governo tenham tido impacto na região, como testemunha seu passado colonial (Machado, 1989a). O que pode ser considerado como “novo” é o uso de recursos técnicos modernos, a articulação com o capital privado nacional e internacional e a integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica (Silva, 1967; Cardoso e Mueller, 1977).

Com frequência, a literatura sobre esse período atribui a ação concertada do Governo Federal no Brasil ao regime militar autoritário instituído em 1964. Contudo, suas premissas de modernização são, em grande medida, devedoras das teorias e modelos de desenvolvimento econômico elaborados no âmbito da Comisión Económica para América Latina - CEPAL - da Organização das Nações Unidas - ONU -, com sede no Chile. Os economistas integrantes da organização defendiam a tese de que o único caminho para o desenvolvimento econômico dos países ibero-americanos era o de promover, de maneira prioritária, a industrialização, substituindo o modelo agroexportador pela substituição de importações. É evidente que a idéia não era nova, e sim a elaboração de modelos e de uma teoria econômica que a fundamentassem. Sua adoção implicaria a construção de infra-estrutura física, a atração de capitais estrangeiros portadores de novas tecnologias, a promoção de

uma agricultura tecnicada e a expansão do mercado interno.

No caso brasileiro, o modelo da CEPAL foi adotado, pela primeira vez, no “plano de desenvolvimento nacional” (1955-1960), responsável pela implantação da estrada pioneira, de ligação entre a Amazônia e o Sudeste do País, conhecida como “Belém-Brasília”(1958), em homenagem às cidades situadas em seus extremos. Portanto, quando foi lançado o Plano de Integração Nacional - PIN - (1970), já estavam em curso frentes pioneiras nas áreas marginais à estrada federal.

Os objetivos do Plano de Integração Nacional eram diversos: a) reduzir a tensão em áreas rurais e urbanas, principalmente do Nordeste do País, estimulando a imigração para áreas previamente selecionadas na Amazônia; b) considerações de ordem geopolítica, como a “nacionalização dos espaços vazios”; c) o aumento da produção de alimentos para os mercados internos e externos; d) a criação de novos espaços para o investimento privado, no sentido de intensificar o ritmo de acumulação interna de capital, e modificar o padrão espacial de concentração das inversões no Sudeste e Sul do País, julgado como nocivo à “segurança nacional” (Costa, 1979; Kohlhepp, 1981; Becker, 1982).

Os elementos básicos das estratégias adotadas para a região amazônica e um breve resumo das críticas que provocaram são apresentados a seguir:

Cobertura extensiva do território por redes técnicas. Investimentos públicos foram dirigidos para a construção de estradas pioneiras (12 000 km em cinco anos), para a rede de telecomunicações (sistema de comunicação em microondas de 5 110 km em três anos) e para a rede de distribuição de energia elétrica associada às usinas hidrelétricas de grande e médio portes. Foi criado também um programa de levantamentos por radar de recursos naturais (Projeto RADAM-1971), responsável pela cobertura de cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados da região e áreas contíguas. Na década de 80, foi também implantado um sistema de análises de imagens multiespectrais de satélites, captadas por estação rastreadora em Cuiabá.

As obras são, sem dúvida, impressionantes e sem paralelo na história da ocupação de terras na faixa intertropical, representando um investimento de mais de 10 bilhões de dólares em 20 anos, uma parte financiada interna-

mente e outra por bancos internacionais. Igualmente impressionante é o volume de críticas ao impacto dessas obras.

A maior parte delas refere-se ao impacto ambiental, como, por exemplo, a ruptura de ecossistemas locais pela construção de estradas e hidrelétricas, e o estímulo ao desmatamento (Kohlhepp e Schrader, 1987; Morán, 1990). Sem embargo, também o impacto social desses grandes projetos de infra-estrutura está sendo questionado, principalmente o reduzido grau de acessibilidade da maior parte do habitantes regionais aos benefícios desses investimentos, o que agrava os conflitos sociais e a luta por domínio de território (Forewaker, 1981; Kohlhepp e Coy, 1986; CEDI, 1988; Becker, 1990; IBGE, 1990).

Incentivo à inversão de capital privado. Um mecanismo fiscal para estimular o investimento de capital de firmas nacionais e transnacionais, e de particulares, na região, foi criado em 1966. Permitiu que pessoas físicas e jurídicas direcionassem até 50% do imposto sobre a renda em projetos agropastoris e minerais na Amazônia Legal, aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Por cada unidade monetária investida, o Banco da Amazônia contribuía com três unidades monetárias, e os lucros estavam isentos de tributação por dez anos.

Dos 950 projetos aprovados pela SUDAM, 631 foram para a pecuária, sendo que o tamanho médio das fazendas era de 24 000 ha. As companhias de exploração de madeira ocupam o segundo lugar, em número de projetos aprovados. Para o Governo Federal, o investimento no programa foi da ordem de 700 milhões de dólares. A maior parte dos projetos pastoris se localizaram em áreas marginais da Belém-Brasília e no sul do Pará (Conceição do Araguaia - Xinguara) (Figura 1). Nessa sub-região, por exemplo, foram introduzidos 5 milhões de cabeças de gado e 2 milhões de pessoas, no período 1960/80 (Morán, 1990:298).

Tomados em conjunto, os projetos da SUDAM, em si mesmos, apresentaram uma relação custo/benefício negativa; foi avaliado que somente 10% dos projetos aprovados receberam investimentos privados, e somente 92 dos projetos, até 1988, haviam chegado às metas propostas (Mahar, 1988, em Morán, 1990:290). Uma parte considerável do dinheiro contábil foi desviada para aplicações, de índole especulativa, nos mercados financeiros do Sudeste. Também o desconhecimento de técnicas agrícolas adequadas e experimentações de alto risco

foram responsáveis pelo mau resultado. Não há dúvida de que no caso dos projetos agroganaderos da SUDAM, os investimentos governamentais, quer dizer, públicos, acabaram por beneficiar interesses privados em outras áreas geográficas que não a Amazônia.

Outro programa de investimentos, o POLONOROESTE, destinava-se ao aproveitamento das áreas de floresta e de savana (os cerrados) da Região Centro-Oeste, para a melhoria da rede de transporte regional, a consolidação dos assentamentos rurais e a proteção dos territórios indígenas. Mato Grosso e Rondônia (incluído depois de 1981), ambos pertencentes à Amazônia Legal, foram os mais beneficiados. Contudo, os resultados foram bastante heterogêneos. Os projetos de colonização particular de Mato Grosso tiveram relativo êxito na aplicação dos recursos em atividades produtivas (Miranda, 1990:47), apesar de muitos deles se autofinanciarem com os lucros da exploração de ouro e não da agricultura; já nos projetos de colonização oficial em Rondônia, o resultado não foi o esperado. A diferenciação entre ambos os tipos de colonização é, em grande medida, uma consequência da diferenciação no grau de controle exercido sobre os fluxos imigratórios: a colonização privada limita o acesso de imigrantes, enquanto áreas com projetos de colonização oficial constituem frentes pioneiras "abertas". O aumento da imigração parece estar agravando os conflitos de terra e induzindo à concentração fundiária (Coy, 1987:261).

O Governo Federal também tornou fácil a obtenção de crédito agrícola, através de bancos oficiais (programa PROTERRA). Também nesse caso os efeitos foram diferenciados. Os motivos são de ordem institucional, social e econômica: a dependência do crédito bancário ao título de propriedade; o desconhecimento dos procedimentos institucionais por parte de grande parte da população imigrante; o custo do crédito; os custos da comercialização dos produtos (Bunker, 1985:161).

O aproveitamento desigual dos benefícios creditícios é um dos elementos determinantes da dinâmica pioneira. Diferencia a produtividade e rentabilidade agrícola entre os produtores, na medida em que regula a capacidade de modernização técnica; por sua vez, a diferenciação entre os produtores estimula o movimento de compra/venda de terras, também contribuindo para a concentração fundiária (Bunker, 1985:173).

Por último, alguns aspectos devem ser apontados a respeito dos investimentos privados efetivos no setor agropastoril:

a) existe uma diferença, quanto à relação investimento/apropriação de terras, entre grandes propriedades pecuaristas e grandes propriedades agrícolas: no primeiro caso a relação é negativa, quer dizer, a apropriação de terras e sua transformação em grandes propriedades foi maior do que o investimento efetivo na produção; no segundo caso, o das grandes propriedades para cultivo, como a sub-região de Sorriso, em Mato Grosso (Figura 1), especializada na produção de soja e arroz, a relação tende a ser positiva. O motivo da diferença pode ser imputado ao valor comercial do produto no mercado interno e externo, o que confirma o pensamento de Waibel sobre a importância do tipo de mercado na melhoria do padrão técnico;

b) a partir da segunda metade da década de 80, verificou-se uma redução acentuada na concessão de incentivos fiscais, como resultado do início da recessão econômica que se aprofundará nos anos seguintes. Em consequência, se modificou o tipo de investimento privado, no sentido de aumento do número de produtores rurais capitalizados, e houve diminuição daqueles dependentes de incentivos (Rattner e Udry, 1987:28);

c) as grandes firmas e os indivíduos que financiam campos experimentais para novos cultivos e cobertura de pastagem e investem de maneira relativamente constante na propriedade são aqueles que estão associados a redes de produção extra-regionais e/ou internacionais, pertencentes a uma mesma empresa ou conglomerado; isso é válido tanto para firmas multinacionais quanto nacionais; e

d) os investimentos privados nos estabelecimentos rurais não constituem, necessariamente, um indício de presença física permanente de seu possuidor no território. Com frequência são empregados, na gestão das grandes propriedades, administradores com os mais variados níveis de preparo profissional.

Federalização de territórios e modelos de ocupação. Outro elemento da estratégia do Estado foi a criação de territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade. A forma assumida por esses territórios, sua localização geográfica e as justificativas para essas medidas variaram no tempo.

A federalização de territórios incidiu diretamente na questão das "terras livres". As terras são de dois tipos: a) as terras que já têm pro-

prietário (no sentido jurídico do termo); b) as terras que não têm proprietário. As primeiras constituem propriedades; as segundas, terras devolutas. As terras públicas não são obrigatoriamente desocupadas ou não apropriadas, no sentido econômico do termo: seus ocupantes simplesmente não possuem títulos de propriedade. No Brasil, como se sabe, a maior parte das terras públicas pertencem aos estados locais e não ao estado central. O governo central superpôs sua jurisdição sobre uma parte das terras públicas estaduais, apropriadas ou não, com o objetivo inicial de distribuir as terras entre imigrantes pauperizados, alocados nos programas de colonização, ou vendê-las a baixo preço, independente da lei de oferta e demanda, a eventuais compradores.

Em 1970/71, o governo determinou que as terras públicas situadas em uma faixa de 100 km de cada lado das estradas construídas, em construção ou planejadas, com recursos federais, na Amazônia, seriam transferidas para o domínio federal. Constituiu o primeiro modelo de ocupação do território - os "eixos de desenvolvimento" (Figura 2). No Pará, por exemplo, estima-se que 72 milhões de hectares passaram para o domínio federal, no período 1971/76, reduzindo o estoque de terras públicas do estado para 26,8% de sua área total (Eleres, 1990).

Apesar das medidas terem sido mais tarde revogadas (1987), permanecem como patrimônio da União: os Municípios de Altamira, Itaítuba, Marabá, no Pará; as áreas de projetos de colonização, loteamento e assentamento, ou com processos de regularização fundiária em curso, além das reservas extrativistas e áreas indígenas da Amazônia Legal.

O modelo dos "eixos de desenvolvimento" coincidiu com a construção da estrada Transamazônica, ligando a região ao Nordeste do País. O ambicioso projeto-piloto criou o Programa Integrado de Colonização - PIC - de Altamira (Figura 3), com o objetivo de atrair 100 000 famílias, ofertando terras de graça. A colonização da Transamazônica estava apoiada em vilas agrícolas (agrovilas), pequenos centros de serviço (agrópolis) e centros de mercado (rurópolis), cuidadosamente planejados por consultores estrangeiros e nacionais (Racionero, 1981:151). Sem dúvida foi o mais interessante, e tem sido um dos mais criticados, projeto de todos aqueles empreendidos pelo governo. Considerado um fracasso, inclusive pelos órgãos de planejamento governamentais, o projeto de coloni-

FIGURA 2
POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

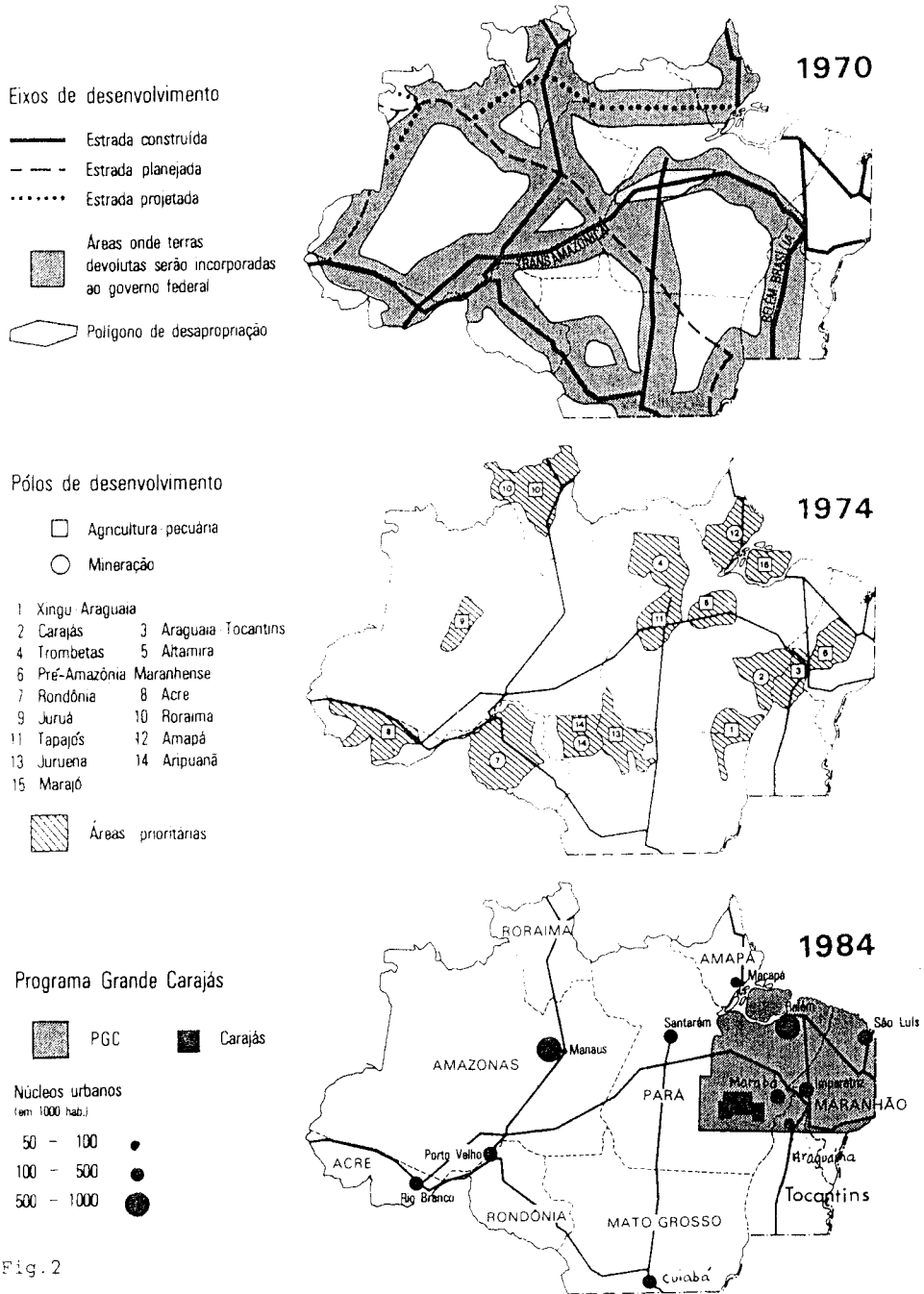
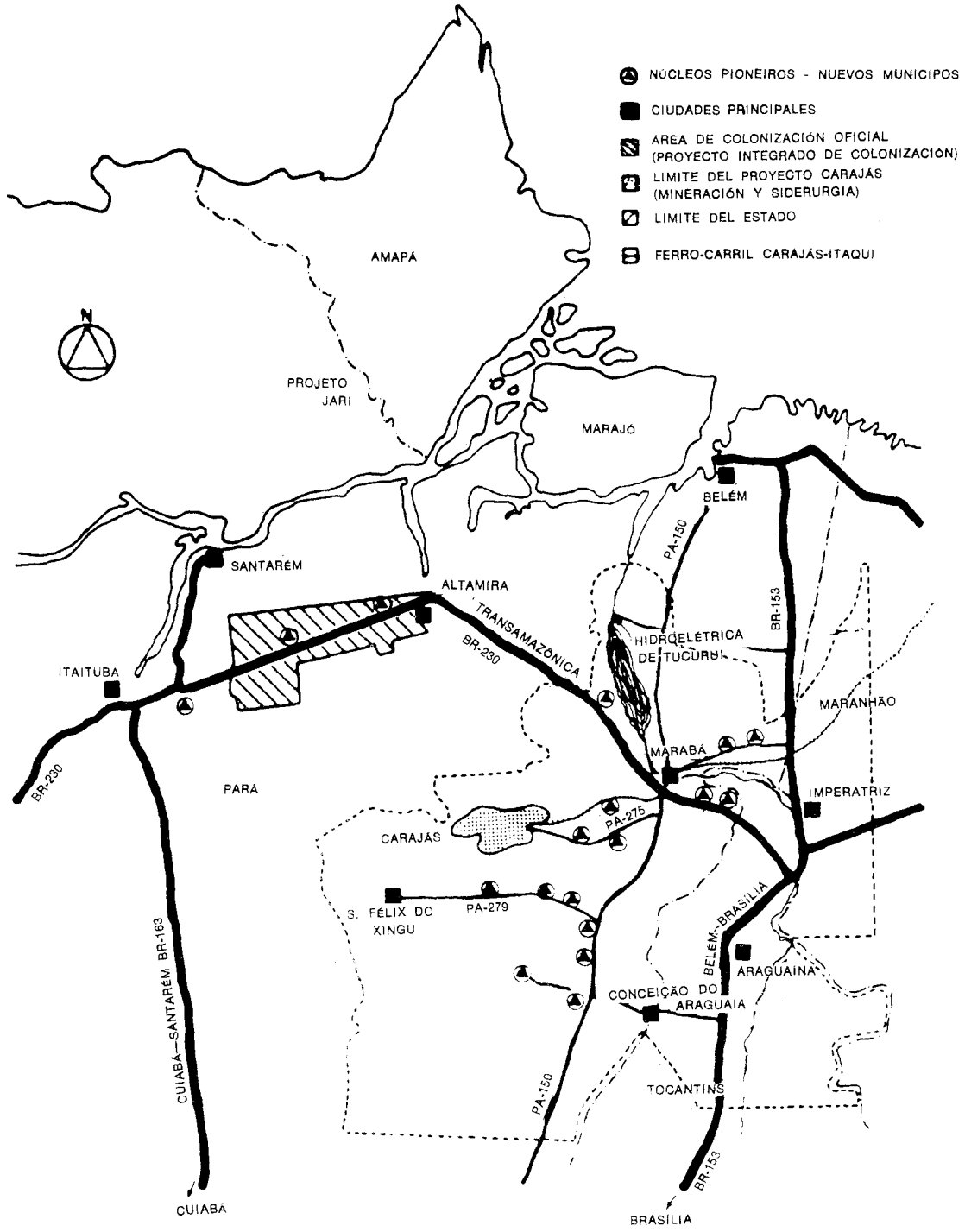


Fig. 2

Elab.L.Machado.1986

FIGURA 3
SUR DE PARA: LA MUNICIPALIZACION DE NUCLEOS PIONEROS - 1990



Elab. (o) MACHADO, 1991

zação da Transamazônica não foi terminado em grande parte devido ao choque do petróleo (1973), que aumentou astronômicamente o custo das rodovias (Machado, 1987:199; Morán, 1990:299).

O segundo modelo de ocupação regional foi armado em torno dos “pólos de desenvolvimento”, fundamento no conceito de vantagens comparativas. O investimento seria canalizado para 15 pólos regionais, cada pólo especializado em determinadas atividades de produção, agrícola e mineral. O início da recessão, ao limitar a disponibilidade financeira do Estado central, obrigou-o a escolher áreas prioritárias para investimentos, ou seja, aquelas áreas com maior potencial na obtenção de benefícios imediatos. Ademais, a política de distribuição de terras foi modificada, dando-se preferência às empresas rurais e aos imigrantes mais capitalizados.

Um dos setores considerados como prioritários foi o da exploração mineral. Os pólos que receberam ajuda governamental efetiva foram o de Trombetas (bauxita), Carajás (ferro, ouro, manganês, tungstênio), Rondônia (estanho), Juruena/Tapajós (ouro). No que se refere às atividades agrícolas e de colonização, a ação governamental concentrou-se nos pólos de Rondônia e sul do Pará.

De novo, o programa governamental sofreu um corte abrupto em 1979, em consequência do segundo choque do aumento de preços do petróleo e da elevação das taxas de juros. O Banco Mundial e os Bancos internacionais começaram a pressionar, como até hoje o fazem, no sentido de reduzir gastos públicos. Tratava-se de suspender os programas em curso ou estabelecer novas prioridades.

A contenção de investimentos públicos, o estímulo à exportação e a otimização da relação tempo/custo foram os parâmetros da nova estratégia. Nesse contexto, foi formulado o Programa Grande Carajás, cuja pretensão inicial foi a de canalizar inversões nacionais e internacionais para o desenvolvimento de um pólo minerossiderúrgico, fundamentado na exploração da província mineral de Carajás, considerada uma das maiores do planeta (18 bilhões de toneladas de minério de ferro, no teor de 66%). A escala espacial do programa (10,6% do Território Nacional) permitiria o planejamento integrado da infraestrutura necessária ao fomento de outras atividades econômicas que não só a mineração. Foi completada a construção da usina

hidrelétrica de Tucuruí e construída uma estrada de ferro, com 890 km de extensão, ligando Carajás ao pólo siderúrgico de Marabá, e ao porto de Itaqui, em São Luís (Maranhão), para exportação de minério de ferro e, eventualmente, de produtos agrícolas da região. Ademais, expandiu-se a trama viária intra-regional.

Apesar do reduzido interesse do mercado financeiro internacional e da posição contrária de muitos países industrializados, o Programa Grande Carajás é uma realidade devido aos investimentos do capital privado industrial do Sudeste do País e da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD.

Como era previsível, o PGC tem sofrido inúmeras críticas. A degradação ambiental provocada pelo uso de carvão vegetal nas pequenas siderúrgicas e a poluição do ar e dos rios são uma fonte de novos problemas, quando outros, como o saneamento básico urbano e rural, não foram solucionados. Do ponto de vista da agricultura, o resultado tem sido ambíguo. Muitos pequenos produtores agrícolas estão sendo transformados em pequenos produtores de hulha para os empreendimentos industriais. Por outro lado, o crescimento urbano tem ampliado o mercado para produtos agrícolas, tratando-se agora de uma concorrência entre a frente “mineral-siderúrgica” e a frente agrícola. Uma outra consequência é o aumento do preço das terras simultâneo ao aumento do fluxo imigratório, o que tem agravado os conflitos na região (Barros, 1987:73; Almeida, 1987:77; Peixoto, 1987:80).

Desapareceram os problemas de mão-de-obra, devido à concentração demográfica em Marabá, Imperatriz e nos pequenos núcleos urbanos locais. De outra parte, as modificações na organização do território tiveram consequências políticas importantes, aumentando a massa de votantes urbanos. Grande parte dos antigos núcleos pioneiros de colonização são, atualmente, sedes de novos municípios, existindo numerosas solicitações de autonomia municipal por parte de outros núcleos (Figura 3).

Apropriação de Terras, Especulação Fundiária e os Limites da Geografia

Em 1985, a área total dos estabelecimentos rurais na Amazônica Legal, com exclusão do Maranhão, somava cerca de 100 milhões

de hectares (*Anuário Estatístico do Brasil, 1991*). Em 1960, o total era de pouco mais de 31 milhões de hectares, o que significa que a apropriação de terras, para qualquer tipo de uso produtivo, incluindo o extrativismo vegetal, aumentou mais de três vezes em 25 anos, principalmente no período 1975/85. O aumento é impressionante; sem embargo, a área total dos estabelecimentos rurais constituiu pouco mais de 2% da área total da Amazônia Legal, excluindo de novo o Maranhão.

Apropriação não é o mesmo que propriedade da terra. Os responsáveis pelos estabelecimentos rurais podem ser proprietários (firmas ou indivíduos), ocupantes (sem título de propriedade), rentistas e arrendatários, ou colonos aguardando título de propriedade definitivo. Os dados sobre a área total das propriedades são menos confiáveis, pois grande parte delas não estão discriminadas ou em situação jurídica irregular. Assim mesmo, o último Recenseamento (1980) mostrou que as Regiões Norte e Centro-Oeste e os Estados do Maranhão e Piauí apresentam a mais alta proporção de produtores não proprietários, concentrados nos estabelecimentos de tamanho mais reduzido (Mesquita e Silva, 1988:96).

Por sua vez, a área total média dos grandes estabelecimentos mensurados em termos de maior valor de produção, na Região Norte e Centro-Oeste, é de 10 400 e 5 600 ha, respectivamente, sendo a média nacional 1 300 ha. São responsáveis por somente 8,5% da produção total de ambas as regiões. Significa que os estabelecimentos rurais com grandes áreas (mais de 5 000 ha) se apropriaram das terras sem interesse ou condição de desenvolver seu uso produtivo e, de outra parte, que os pequenos estabelecimentos (em valor da produção) são responsáveis por uma parte considerável da produção agropecuária efetiva.

Na realidade, a *ociosidade* das terras é um traço característico de todos os estabelecimentos rurais, e não somente dos maiores estabelecimentos: a Região Norte detém 11,7% e a Região Centro-Oeste, 25,5% do total de terras ociosas no Território Nacional. Terras ociosas não é algo específico da Amazônia. Considerando a área total dos estabelecimentos rurais do Brasil (369 milhões de hectares/1980), vemos que 13% estão ocupados por cultivos permanentes e temporários e uns 51% por pastos.

O padrão espacial do processo de apropriação de terras acompanha fundamentalmente a construção de novas estradas e a implantação de grandes projetos de colonização, hidrelétricos e minerais. As áreas escolhidas para a

implantação dos projetos não coincidiram em sua maior parte com as áreas mais povoadas.

Mesmo que de maneira dispersa, a população nativa, ela mesma descendente de fluxos imigratórios anteriores, localizava-se às margens dos grandes rios e no baixo rio Amazonas (Velho, 1972; Machado, 1989c). As terras interiores eram domínio das tribos indígenas, dos criadores de gado nas áreas de campo e savana, e de coletores dos produtos naturais da selva, principalmente de castanha (*Bertholletia excelsa*), caucho (*Castilloa ulei*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), e guaraná (*Paullinia cupania*); eram áreas, portanto, de densidade demográfica extremamente baixa (menos de 1 hab./km² (Moraes, 1908; Ribeiro, 1977:21). Possuir títulos de propriedade era uma exceção e não a regra geral, mesmo quando se tratava de grandes exploradores. Assim mesmo, as irregularidades na titulação legal não impediram a venda ou expropriação de grandes áreas extrativistas, principalmente nos Estados do Acre e Amazonas, ocasionando a redução da área dos estabelecimentos rurais e provocando inúmeros conflitos (IBGE, 1990).

Sobre essas áreas foi superimposta a nova infra-estrutura viária que cortava os afluentes do rio Amazonas no sentido este-oeste, aproveitando, em muitos casos, antigos núcleos urbanos ligados à rede fluvial. Cada estrada construída ou planejada, cada área selecionada para distribuição ou regularização de lotes, e o próprio ritmo e forma adotada de assentamento orientaram o processo de apropriação de terras (Machado, 1990:110).

É evidente que não é possível o controle total da regularização dos títulos da terra em situações de expansão pioneira, mesmo quando o Estado interfere diretamente, como na Amazônia. Não só devido ao fluxo de imigração espontânea e à superposição de direitos de ocupação, como em consequência das próprias formas de apropriação. Ao contrário do processo que Monbeig descreveu, áreas gigantescas foram compradas ou escolhidas por avião. Assim, muito imigrante que havia corrido adiante dos grupos de construção de estradas foi ingratamente surpreendido, anos depois, pela notícia de que seu pequeno lote pertencia legalmente a uma desconhecida e impessoal empresa. Por outro lado, é bastante freqüente que colonos e ocupantes vendam seus direitos de ocupação (sem titulação legal) aos novos imigrantes ou a outros colonos, ou proprietários. Às vezes para comprar terra adiante, em áreas menos valorizadas, às vezes para voltar a seu lugar de origem.

A subida do preço da terra é um dos motivos da mobilidade dos imigrantes e tem conseqüência sobre o ritmo de desmantamento. Em Rondônia, por exemplo, é possível ter um lucro líquido de 9 000 dólares, depois de desmatar uma área de 14 ha e vendê-la (Mahar, 1988:38 em Morán, 1990:302). Diante da oportunidade, a especulação fundiária não é um privilégio dos mais ricos. Contudo, são os grandes compradores de terra na Amazônia, quer dizer, aqueles que não a utilizam de maneira produtiva, esperando a subida de preços, ou realizando loteamentos privados, que apontam para uma característica estrutural do campo brasileiro.

No caso específico do Brasil, o desenvolvimento capitalista associou o grande capital monopolista ao latifúndio, através da transformação da propriedade da terra em título financeiro; em conseqüência, a propriedade capitalista da terra é utilizada pelo grande capital, pelo capital em geral e pelo capital aplicado na agricultura (Silva, 1984:42). Significa que a debilidade da atividade produtiva no campo não impede a formação de um intenso mercado de terras. O processo inflacionário somente acentua o papel da terra como "reserva de valor". As implicações políticas para a reforma agrária são evidentes, pois não existe possibilidade, como ocorreu em outros países, de que uma ruptura entre o latifúndio e o grande capital possa alterar as vias de desenvolvimento capitalista em uma direção mais democrática.

Não se deve subestimar a importância de tal dinâmica, ao considerar-se a apropriação do espaço amazônico. No processo de apropriação, formam-se estabelecimentos rurais produtivos e não-produtivos. Independente do tamanho, esses estabelecimentos apresentam níveis diversos de capitalização. Tal constatação tem levado alguns autores a tentar estabelecer uma tipologia de frentes pioneiras: frentes de subsistência vs. frentes comerciais ou capitalistas (Katzman, 1977); frentes demográficas vs. frentes econômicas (Sawyer, 1986); frentes camponesas vs. frentes especulativas (Sawyer, 1986). Uma tentativa anterior, fundamentada em Waibel e, indiretamente, em Turner, serviu de modelo para as sucessivas distinções: existiria uma "fronteira econômica", caracterizada por uma economia voltada ao mercado, portanto, capitalista; e uma "frente de expansão", ou "fronteira demográfica", com economia de *excedente*, ou seja, seus participantes dedi-

cam-se principalmente à própria subsistência, e o excedente da produção é trocado no mercado (Martins, 1973:45).

É evidente a conotação geográfica dessas distinções, independente das intenções dos autores. A partir da localização geográfica, do tipo de uso da terra e das relações de cada unidade de produção com o mercado, seria possível classificar, seguindo premissas conceituais determinadas, os espaços apropriados na fronteira agrícola. O problema está em que a conotação geográfica ajuda a formar uma imagem de *contraposição* entre formas capitalistas e não-capitalistas de produção, ou mesmo entre formas produtivas e formas especulativas de capital.

Na realidade, existe a subordinação da economia camponesa à estrutura geral (capitalista) da economia. A pequena produção agrícola produz alimentos a baixo preço, barateando o custo de reprodução da mão-de-obra urbana, e, ao mesmo tempo, constituindo uma reserva de mão-de-obra, que se reproduz por si mesma a níveis mínimos de subsistência. Por outro lado, a especulação fundiária e os latifúndios tampouco são formas que se contrapõem às formas produtivas de capital, na medida em que têm em comum o mesmo regime de acumulação. Ademais, como se verá, o mais comum é a existência simultânea de diferentes estratégias de exploração em um mesmo território.

A possibilidade de associar a paisagem ao conceito, na caracterização do pioneirismo em área rural - de zonas pioneiras cultivadas, modernas e capitalizadas, e a fronteira de grandes latifúndios improdutivos e semicivilizados do *sertão*, como proposto por Waibel -, deixou de existir faz muito tempo. Se a paisagem permanece, o sentido é totalmente outro.

O Uso Agrícola do Solo

Os sistemas agrícolas na fronteira amazônica são bastante diversificados. Diversos motivos podem ser apontados. Alguns deles são comuns às frentes pioneiras em geral: a experimentação e a especulação comercial, por exemplo, que são características da agricultura em sentido amplo, são mais marcantes nas fronteiras pioneiras; ou a qualidade diferenciada dos solos, e o desconhecimento dos efeitos das práticas agrícolas sobre a fertilidade do solo (Bowman, 1931:76).

Outros motivos são específicos à região, entre eles, o desnível extremo dos graus de capitalização, a questão da apropriação de terras, a diversidade cultural dos agentes sociais, o acesso diferenciado aos sistemas de comercialização e as características próprias da selva amazônica.

Pode ser interessante começar por uma breve referência aos dois principais ecossistemas amazônicos, produto do trabalho milenar do rio Amazonas e seus afluentes: a planície aluvial ou *várzea* e as terras não alagadas são constituídas por aluviões fluviais recentes, denominadas de *terra firme*. A terra firme delimita o vale do rio Amazonas de ambos os lados, recoberta em grande parte pela floresta alta amazônica, e pode ser considerada o ecossistema mais diversificado e complexo que se conhece sobre a Terra (Sioffi, 1983:28).

A *várzea*, de solos mais férteis, ocupa cerca de 3% da região amazônica, uma área equivalente a pouco menos da metade da Grã-Bretanha. Por sua vez, as terras firmes apresentam solos de fertilidade bastante diversificada e, principalmente, reações muito diversas ao uso intensivo, desde caída da fertilidade e desertificação, até problemas com plantas invasoras (Morán, 1990:271). Mesmo assim, estima-se que 10% da região são constituídos por solos férteis, as "terras roxas" estruturadas eutróficas de parte de Rondônia e do baixo Tocantins e Xingu (sul do Pará), semelhantes àquelas encontradas pelos pioneiros paulistas na marcha do café.

Nenhum desses dados deve ser motivo de assombro, considerando a imensidão da região. Por outra parte, é preciso o maior cuidado para não generalizar as observações sobre as condições naturais amazônicas.

A respeito do uso da terra, existe um intenso debate na comunidade científica sobre qual é o sistema mais adequado para a preservação da selva. Existem os defensores de uma volta ao sistema agrícola de rotação de terras (cultivo itinerante) adotado pelas antigas populações nativas, como exemplo de uma cultura em equilíbrio com o ambiente, o que manteria baixa a densidade demográfica; alguns autores defendem a preservação da terra firme, limitando a agricultura às áreas de *várzea*; e outros mais defendem o desenvolvimento de novas técnicas de manejo ambiental que permitam o uso produtivo com menor custo ecológico. O debate deixa claro que, do ponto de vista do desenvolvimento

agrícola, o problema maior está no uso do solo nas terras firmes.

Outro problema, também polêmico, é a expansão da pecuária: estima-se que a área desmatada para plantio de pasto ocupa pelo menos 10 milhões dos 25 milhões de hectares desmatados até 1988 (Morán, 1990:289). Apesar dos subsídios governamentais terem sido responsabilizados por essa expansão, estudos recentes mostram que o motivo para o desmatamento está na própria dinâmica pioneira, de construção de estradas, urbanização e deslocamento de novo tipo de imigrante, criando um mercado interno regional que aumenta o preço da carne.

A título de ilustração, nos limitaremos aqui a apresentar os resultados obtidos por duas pesquisas sobre o uso do solo em terra firme por grupos de pequenos produtores.

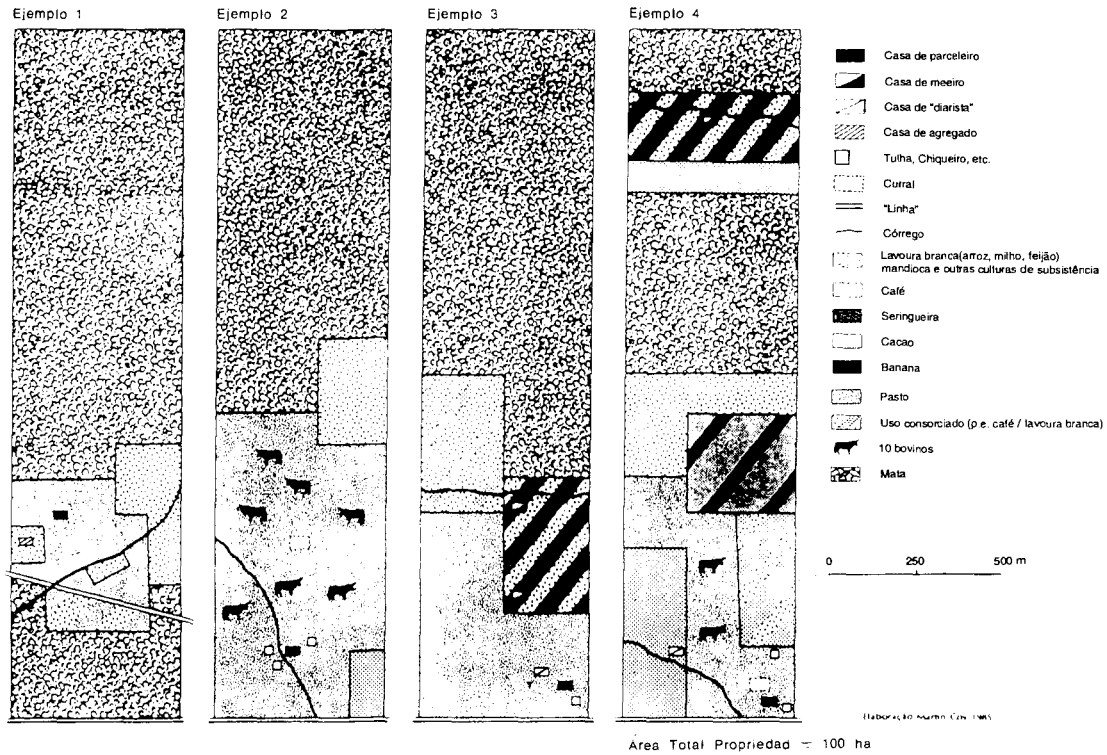
A primeira pesquisa (Coy, 1987) trata do maior e mais antigo projeto de colonização oficial em Rondônia (1970), o Projeto Integrado de Colonização - PIC, Ouro Preto -, destinado ao assentamento de famílias imigrantes procedentes de diversas regiões brasileiras. Os exemplos descritos pelo autor constituem o resultado de oito a dez anos de trajetória pioneira na área (Figura 4: exemplos 1, 2, 3, 4).

O exemplo 1 representa o uso do solo destinado, em primeiro lugar, à garantia da própria subsistência da unidade familiar, com base no cultivo de alimentos básicos (milho, arroz, feijão e mandioca). Somente o excedente é comercializado e somente é utilizada a força de trabalho familiar. Ademais, uma renda adicional é obtida pelo emprego assalariado em outros lotes próximos.

O exemplo 2 representa uma unidade de produção orientada para a comercialização do produto agrícola. O volume de produção e o tamanho da área cultivada é maior do que no exemplo anterior. Apesar da base econômica ser idêntica, com o cultivo de arroz, milho e feijão, a proporção da produção comercializada é a maior. Aparece uma experimentação com cultivos perenes, principalmente seringueira (*hevea*), com financiamento de programa de fomento governamental, e café, implantado com os próprios recursos do produtor, procedente de antiga zona cafeeira do Sudeste do País. Por certo, o café é um dos principais cultivos em Rondônia, com rendimento médio por hectare (689 kg/ha) próximo do nível de São Paulo (814 kg/ha), se bem que inferior ao do Pará (1 656 kg/ha). No exemplo 2, aparece

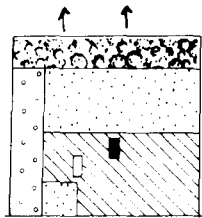
FIGURA 4
 PEQUEÑOS PRODUCTORES EN AMAZONIA: USO AGRICOLA DE LA PROPIEDAD

USO AGRICOLA EM 4 LOTES DO PIC "OURO PRETO" 1983 — RONDÔNIA



EJEMPLO 5

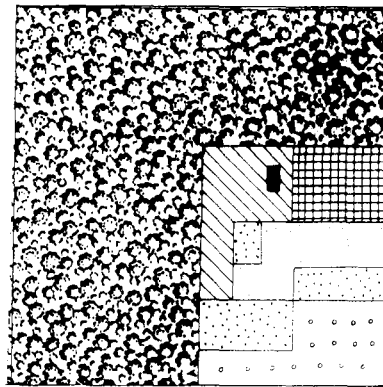
LOTE DE RIO PRETO DA EVA
 (COLONIZACIÓN EXPONTÁNEA)
 -AMAZONAS - 1987/88



ÁREA TOTAL PROPIEDAD = 25 ha
 ÁREA CULTIVADA = 3,00 ha

EJEMPLO 6

LOTE DEL PROYECTO DE COLONIZACIÓN "JUMA"
 -AMAZONAS - 1987/88



ÁREA TOTAL PROPIEDAD = 96,00 ha
 ÁREA CULTIVADA = 14,00 ha

- CASA DO PROPRIETÁRIO
- ▭ CASA DE HARINA
- ▨ ARROZ, MAIZ, FRIJOLES, MANIOC Y OTRAS CULTURAS DE SUBSISTENCIA
- ▨ CAFE
- ▨ GUARANA
- ▨ ARBOLES FRUTIFERAS
- ▨ BOSQUE SECUNDARIO
- ▨ BOSQUE

ELABORACIÓN: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA, 1988

o rentista (parceiro), além do uso de mão-de-obra familiar.

O exemplo 3 se distingue dos anteriores pela importância da criação de bovinos, apesar da lavoura branca e do café contribuírem também para o rendimento familiar. A maior parte da área desmatada do lote foi transformada em pasto plantado. A transformação das áreas de cultivo em pasto, portanto, não é uma tendência típica somente do grande estabelecimento rural, afirma o autor, sendo verificada também na agricultura "camponesa". Dos 79 lotes analisados, a proporção de pasto na área desmatada em cada lote é, em média, de 44% (1984). Os motivos para o aumento da criação de bovinos seriam: a) riscos econômicos menores em relação aos cultivos temporários e perenes; b) o bovino como "reserva de valor" em situação inflacionária da economia do País; c) o plantio de pasto valoriza o lote; ao revés, a *capoeira* (mata secundária) desvaloriza, mesmo que melhor do ponto de vista ecológico; d) a possibilidade de aluguel do pasto, aumentando a renda familiar; e) o valor simbólico de ser criador, considerado índice de ascensão social (Coy:259).

O exemplo 4 representa o tipo de colono orientado para a comercialização total dos produtos agrícolas. Principalmente, o café (cultivo perene), o mais valorizado, a lavoura branca (cultivo temporário) em associação como o cacau (cultivo perene) e uma área de experimentação com seringueira (cultivo perene). Os cultivos perenes contam com financiamentos especiais do governo. O custo da mão-de-obra é um fator importante, utilizando-se rentistas e assalariados temporários da região, além do trabalho familiar.

Na avaliação de Martin Coy, um mesmo sistema regional comporta diferentes estratégias econômicas, indicando um processo rápido (dez anos) de diferenciação socioeconômica no interior do grupo de colonos. Para o autor, a viabilidade dessas estratégias a longo prazo dependerá das condições individuais, das restrições ecológicas e da força de regulação do mercado, além de uma política governamental para equilibrar os conflitos entre as diferentes estratégias (pág.259).

Por último, o mesmo autor mostra duas tendências simultâneas na evolução da estrutura fundiária, por certo verificada em outras sub-regiões amazônicas: a concentração e a fragmentação da propriedade da terra, e a emergência e perpetuação de uma classe de

colonos "sem terra". Por exemplo, na área estudada, 63% das 193 famílias que vivem nos lotes não são proprietários da terra, em grande parte devido à redução drástica dos projetos de colonização oficial.

O segundo trabalho é um relatório do Instituto Brasileiro de Pesquisa da Amazônia - INPA-1988 - para avaliar diferentes estratégias de sobrevivência de pequenos produtores rurais em áreas de terra firme e várzea, no Estado do Amazonas. Foram escolhidos três tipos de colonização dirigida, diferenciados segundo o período em que foram executados, o tipo de migrante, a concentração demográfica agrícola.

Rio Preto da Eva (1968) se caracteriza pelo domínio da colonização espontânea, apesar de ter sido originariamente um projeto oficial de colonização associado à criação da Zona Franca de Manaus. Na fase "oficial" predominavam imigrantes da Região Nordeste do País; na atualidade, 60% dos colonos nasceram em outras áreas do Estado do Amazonas e 40% são nativos do próprio lugar. Distante 100 km da cidade de Manaus, localiza-se na margem da estrada Manaus-Itacoatiara. Predominam o cultivo de lavoura branca para o autoconsumo, sendo o excedente comercializado, e o cultivo de árvores frutíferas tropicais, também para comercialização (Figura 4: exemplo 5). Foi avaliada como a mais pauperizada das três áreas analisadas.

O projeto de colonização dirigida de Jumá (1982) se caracteriza pelo domínio de imigrantes do Estado do Rio Grande do Sul (54%). Foi localizada na margem da rodovia Transamazônica (km 640), no vale do rio Madeira. Ao contrário do anterior, os colonos cultivam espécies industriais, sob a forma de monocultura, o produto sendo destinado à exportação, lavoura branca, principalmente o arroz e o milho, e árvores frutíferas (Figura 4: exemplo 6). Foi avaliado como o mais suscetível à adoção de sistema agrícola moderno.

Bela Vista foi fundada em 1941, com colonos japoneses e do Nordeste do País. Em 1971, foi superposto um projeto integrado de colonização, com colonos do Estado do Amazonas, que constituem, na atualidade, 50% da população presente na área, e os outros 50% por seus descendentes e descendentes dos imigrantes japoneses. Foi avaliado como o mais estável, do ponto de vista econômico, alterando o cultivo de plantas perenes, temporárias e a avicultura, comercializando a totalidade da produção.

As três áreas recebem assessoria técnica de agrônomos da EMATER, Órgão do Governo Federal voltado para a extensão rural, que tem privilegiado a adoção de sistemas agroflorestais, como alternativa aos sistemas de cultivo mais predatórios.

Uma avaliação genérica dos três tipos de assentamento permite algumas conclusões:

- a) a integração progressiva das áreas à economia nacional, através dos sistemas de comercialização, torna o povoamento vulnerável às oscilações da política agrícola;
- b) ao contrário de Rondônia, todos os produtores apontam a baixa oferta de força de trabalho como um dos principais fatores limitantes à expansão da produção agrícola. Considerando o reduzido emprego de máquinas e equipamento, se evidencia a continuidade do padrão tradicional de baixa produtividade e extensão territorial da área cultivada;
- c) predomina o autofinanciamento, por motivos diversos: os altos juros bancários, o receio de perder a propriedade, a distância das agências financiadoras e a dificuldade de negociar com os gerentes da rede bancária;
- d) há uma relação entre o uso do solo e a situação fundiária: a maior parte dos colonos não tem título definitivo da terra, pois é exigência do governo demonstrar tempo de permanência no lote; assim, o plantio de espécies perenes é uma maneira de evitar a instabilidade comercial do cultivo de ciclo curto, assegurando o uso produtivo do solo a longo prazo;
- e) também foi constatada uma relação entre o fluxo imigratório dos habitantes do próprio Amazonas, a situação fundiária e a geoecologia local: as áreas das várzeas amazônicas são de difícil titulação, devido à inundação sazonal e à erosão das margens dos rios; em consequência, os habitantes da várzea migram para as áreas de terra firme, mais favoráveis à obtenção de títulos de propriedade; e
- f) no projeto Jumá, observa-se o aumento progressivo do plantio de pasto com o objetivo de alugá-lo para os grandes criadores de bovino da região.

Na prática, portanto, o uso do solo depende de uma série de condições que escapam ao controle do produtor direto. Em qualquer parte do território, há uma tendência de desenvolver “estratégias compartimentadas” de exploração da terra, o que, até certo ponto, constitui uma forma de adaptação às condições ambientais, possibilitando o desenvolvimento de alternati-

vas que permitam a sobrevivência de uma parte dos produtores rurais (Eden,1978:458).

Alguns dados gerais sobre a produção agrícola amazônica colocam na devida perspectiva a evolução do uso do solo.

No período 1950-85, o número de bovinos cresceu de 1 milhão para 5,4 milhões de cabeças na Região Nordeste. Se forem acrescentados os Estados do Tocantins e Mato Grosso, o total em 1985 era de 15,5 milhões de cabeças. Representa, em termos relativos, 80% do rebanho (cabaña) de São Paulo e somente 3% do total nacional. A área de pasto artificial foi estimada em 15,9 milhões de hectares em 1985, incluídos os Estados do Mato Grosso e Tocantins (*Anuário Estatístico do Brasil, 1991*).

A área de cultivo temporário e permanente cresceu, no mesmo período, de 234 000 ha para 2,1 milhões de hectares na Região Norte. Se somado à área de cultivo dos Estados do Tocantins e Mato Grosso em 1985, o total da área cultivada sobe para 4,8 milhões de hectares. Representa 9% do total de área em cultivo dos estabelecimentos rurais brasileiros (*Anuário Estatístico do Brasil, 1991*).

O ritmo de desmatamento, no período 1975/88, foi de 2,2% de selva por ano, calculando-se em cerca de 8% a área já desmatada da selva amazônica.

Relações Cidade-Campo

O processo radical de reordenamento espacial, o fluxo imigratório contínuo dos “sem terra” e subempregados rurais e urbanos de outras regiões brasileiras e a concentração fundiária nas áreas com melhor infra-estrutura são os principais responsáveis pela explosão demográfica das cidades amazônicas. Não só cresceu o número e tamanho das cidades como também a “favelização” (*chabolos*) dos assentamentos rurais. Não é um exagero afirmar que a expansão da fronteira agrícola se faz num contexto urbano.

Na origem da relação entre núcleos urbanos, fluxo imigratório e organização agrária, encontra-se o antigo problema de criar-se uma reserva de mão-de-obra em área com “abundância de terras”. Mesmo que fosse possível a distribuição de todas as terras entre pequenos produtores, as formas capitalistas de produção necessitam de disponibilidade de mão-de-obra. No caso das atividades agrícolas, é preciso mão-de-obra disponível para determinados trabalhos, em determina-

dos períodos do ano. De outra parte, a apropriação privada das terras expulsa e, portanto, “libera” a população outrora ocupante das terras devolutas. Ao mesmo tempo, o preço da terra pode dificultar o acesso à propriedade, ou um determinado uso do solo dispensar o emprego de mão-de-obra permanente. A alocação de uma massa crítica de trabalhadores em um espaço progressivamente privatizado só pode se realizar nos espaços possíveis de serem socializados, ou seja, no espaço urbano (Machado, 1990:112).

Considerando somente os núcleos urbanos classificados como cidade por serem sedes municipais, a população em núcleos de 50 mil habitantes duplicou entre 1970 e 1980, representando 49% e 53% da população urbana total, respectivamente. As cidades entre 50 mil e 250 mil habitantes representavam 14,5% em 1970 e 18% da população urbana total em 1980. Manaus e Belém, as duas metrópoles regionais, ultrapassaram os 500 mil habitantes em 1980, reduzindo sua participação no total de 34,5% para 29%.

As cidades têm crescido em ritmos diversos e de forma diferenciada quanto ao número e qualidade das funções urbanas, existindo uma interação entre elas, tanto do ponto de vista de movimento populacional como de bens, configurando, pela primeira vez, na história da urbanização regional, uma rede urbana não dentrítica. De maneira geral há uma correspondência entre o aumento do tamanho urbano e a chegada das “frentes de povoamento”; por outro lado, tem ocorrido, até recentemente, uma defasagem entre o aparecimento de novos núcleos urbanos e sua instituição oficial como cidade, uma vez que seu reconhecimento depende da criação do município (Machado, 1990:120).

Um aspecto fundamental das relações cidade-campo é a extrema mobilidade da força de trabalho, tanto de imigrantes como de nativos da região: entre campo e cidade, no próprio campo, no interior da cidade, entre atividades sazonárias rurais e urbanas, e entre diversos tipos de atividade na mesma unidade de produção (Becker e Machado, 1982; Coy, 1988; IBGE, 1990).

O núcleo urbano é residência de trabalhadores rurais, urbanos e rurais/urbanos: com frequência os indivíduos alternam, sazonalmente, ocupações rurais não qualificadas, porém extremamente exigentes quanto à resistência física (desmatamento, limpeza de pasto), com ocupações urbanas, principalmente as de tipo “infor-

mal” (doméstico, vendedor, servente). De outra parte, o núcleo urbano é também local de residência de pequenos proprietários e ocupantes, e, com menor frequência, de fazendeiros. Para esse grupo, a localização da família na cidade permite acesso à escola, serviços de saúde, atividade comunitárias, segurança, além do aspecto já mencionado de oportunidade de emprego ou atividade alternativa para o próprio trabalho ou membros de sua família.

As cidades constituem centros de serviços e comércio, porém o grau de articulação entre cidade e campo depende da atividade dominante no entorno rural. Nas áreas de pecuária e de agricultura mecanizada, por exemplo, a produção é escoada através das estradas, sem passar pelo núcleo urbano, transformando-o em pequeno centro de serviço e aglomeração da mão-de-obra eventualmente empregada nos estabelecimentos rurais.

Se muitas cidades acolhem massas de imigrantes sem oferecer alternativas de emprego urbano, criando, por conseguinte, bairros de “favelados” e hordas de desempregados e subempregados, principalmente se o setor rural for incapaz de absorver a mão-de-obra o ano todo ou mesmo sazonalmente, é verdade também que as cidades oferecem para outros, dependendo do grau de desenvolvimento da economia urbana, a oportunidade de acumular capital, muitas vezes direcionado para a compra e exploração de propriedades rurais na periferia da cidade (Dados de campo, 1981, 1983). Esse é um aspecto fundamental no momento atual de redução dos investimentos públicos, pois, pela primeira vez na história recente da região, o processo de acumulação “interna” de capital se torna tão ou mais importante do que a entrada de novos capitais de origem “externa” à região.

Um outro aspecto fundamental das relações cidade-campo é a formação de um *nexo territorial de tipo urbano* independente, em certa medida, da rede de cidades. Esse fenômeno não é estranho às regiões de povoamento pioneiro, pois nem sempre os núcleos urbanos estão próximos às frentes de trabalho, só que na Amazônia conforma um verdadeiro “padrão” de assentamento disseminado pelo território. Em consequência, existe um elevado número de aglomerações (*povoados*) disseminadas no próprio campo, que aglutinam mão-de-obra e/ou reduzidos grupos de pequenos produtores. O grau de equi-

pamento urbano dessas aglomerações é variável e às vezes até ausente, dependendo da estabilidade relativa dos habitantes. Grande número delas são semelhantes às favelas, dada a precariedade das construções. Terminada a frente de trabalho, vendidos pequenos estabelecimentos, ou expropriados os pequenos ocupantes na área rural, grande parte das aglomerações se retrai ou desaparece, sua população emigrando para as cidades, ou para outras frentes de trabalho. Outras, no entanto, permanecem como resíduos das vagas imigratórias, configurando núcleos proto-urbanos. A existência desse tipo de "rede" rural/urbana mostra mais claramente do que a rede urbana formal o processo de instabilidade e a situação de incerteza e precariedade, ao qual estão sujeitos os habitantes menos favorecidos da fronteira agrícola.

O aspecto que nos parece significativo é que, além de ser local de fixação provisória da força de trabalho, esse tipo de aglomeração expressa uma urbanização do território não vinculada à presença material da cidade. Em primeiro lugar porque as aglomerações fazem parte da rede de circulação de mercadoria e de informação no território, mesmo estando ausente a forma e o equipamento citadino; em segundo lugar, porque a população residente é assalariada ou não produz grande parte do que consome, o grau de consumo dependendo somente da capacidade

de de gasto monetário; por fim, dada sua mobilidade no território, empregada eventualmente em atividades terciárias e primárias, os habitantes integram-se não só à sociedade de consumo de massa, como iniciam ou reproduzem nas aglomerações o processo de (re)socialização necessário à introdução de novas formas de produção. Em conjunto, portanto, as aglomerações rurais e as cidades conformam um nexos territorial de tipo urbano.

Uma Consideração Final

O problema do desmatamento, apesar de não ser tão grave como em outras regiões do mundo, é uma possibilidade real. Por outro lado, os produtores que assumiram o risco de emigrar e se estabelecer na região não vão desaparecer. A questão, portanto, é o desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo que seja, ao mesmo tempo, produtiva e protetora do ambiente.

Mais grave é a questão da reprodução, na fronteira pioneira da Amazônia, da mesma estrutura econômica socialmente injusta responsável pela organização do conjunto do território brasileiro. Os conflitos e contradições marcantes que a caracterizam agravam a instabilidade inerente às áreas pioneiras e põem em dúvida toda a racionalidade em que se fundamenta a ocupação do solo. Mais do que uma questão científica de âmbito regional, a Amazônia é parte de uma questão política de nível nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. W. A questão fundiária e o carvão vegetal na região do Programa Grande Carajás. *Pará. Desenvolvimento*. IDESP, n. 22, p.77-79, 1987.
- AUBERTIN, C. (Org.) *Fronteiras*. Brasília, 1988.
- BARROS, A. F. Pequenos produtores rurais: implantação da indústria leva à marginalização do campo. *Pará. Desenvolvimento*. IDESP, n. 22, p.73-5, 1987.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia*. A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. A gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros na província mineral de Carajás. *Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do território*, p.196-219, 1990.
- _____; MACHADO, L. Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição. *Boletim Carioca de Geografia*, n. 32, p.26-50, 1982.
- _____; MIRANDA, M.; MACHADO, L. *Fronteira Amazônica*. Questões sobre a gestão do território. Brasília, 1990.
- BOWMAN, I. *The Pioneer Fringe*. New York, 1971. Reedición.
- BUNKER, S. G. *Underdeveloping the Amazon*. Extraction, unequal exchange and the failure of the modern state. Chicago, 1985.

- CARDOSO, F., MÜELLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. S. Paulo, 1977.
- CEDI. *Empresas de mineração e terras indígenas*. São Paulo, 1988.
- CNBB. *Pastoral da terra. Posses e conflitos*. São Paulo, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, 1976.
- COLEMAN, W. Science and Symbol in the Turner Frontier Hypothesis. *American Historical Review*, v. 5, p.22-49, 1973.
- COSTA, J. M. C. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. IPEA, Monografia n. 29, 1979.
- COY, M. Rondônia: frente pioneira e programa POLONOROESTE. O processo de diferenciação sócio-econômica na periferia e os limites do planejamento público. In: KOHLHEPP, G.; SCHRADER, A. eds. *Homem e natureza na Amazônia*. Tübingen, 1987, p. 253-270.
- _____. Relações entre campo e cidade em áreas de colonização governamental e particular. Os exemplos de Rondônia e do Norte Mato-Grossense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 46. Amsterdam, 1988, 26p.
- CRAWFORD, W. R. *A Century of Latin American Thought*. Cambridge, 1961.
- DIAGNÓSTICO Geoambiental e sócio-econômico da área de influência da BR-364, Trecho Porto Velho/Rio Branco (PMACI I). Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
- EDEN, M. J. Ecology and land development: the case the Amazonian rainforest. *Transactions, Institut of British Geographres, New Series*, v. 3, n. 4, p.444-63, 1978.
- ELERES, P. Fraude na revogação do 1164. *Jornal O Liberal*, Belém, 30 set. 1990, p.37.
- FERRI, M.; MOTOYAMA, S. *História das Ciências no Brasil*. S. Paulo, 1979, 3 v.
- FOWERAKER, J. *A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, 1982.
- HENNESSY, A. *The Frontier in Latin American History*. Londres, 1978.
- INPA: *Relatório sobre sistema de produção utilizados por produtores rurais de terra firme no Estado do Amazonas, com ênfase no aspecto agroflorestal*. Manaus, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1988.
- KATZMAN, M. *Cities and frontiers in Brazil: regional dimensions of economic development*. Cambridge, 1977.
- KOHLHEPP, G. Ocupação e valorização econômica da Amazônia. *Revista Geográfica*, n. 94, p. 67-88, 1981.
- _____; COY, M. Conflicts of interests and regional development plannig in colonizing the Brazilian Amazon: the case of Rondonia. In: J.M.G.KLEINPENNING: *Competition for rural and urban space in Latin America. Its consequences for low income groups*. Amsterdam, Nederlandse geografische studies, n. 25, 1986, p.61-75.
- _____; SCHRADER, A. *Homem e natureza na Amazônia* Tübingen Beiträge zur Geographischen Lateinamerika-Forschung, n. 3, 1987.
- LIMA, R. C. *Pequena história territorial do Brasil*, Porto Alegre, 1954.
- LOPEZ DEL AMO, F. (1989) Ferrocarril, territorio y progreso en el proyecto liberal argentino. In: PESET, J. L. *Ciencia, Vida y Espacio en Iberoamerica*, v.3, 1989, p.179-98.
- MACHADO, L. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 4, 1984, São Paulo, *Anais ...* São Paulo, 1984, p.65-80.
- MACHADO, L. O. A Amazônia brasileira como um exemplo de combinação geoestratégica e cronoestratégica. In: KOHLHEPP, G.; SCHRADER, A., eds. *Homem e Natureza na Amazônia*, Tübingen. 1987, p.189-204.
- _____. Misiones y estado colonial: confrontación entre formas de control territorial en la Amazonía del Setecientos. In: PESET, J.L. *Ciencia, Vida y Espacio en Iberoamerica*. Madrid. v. 3, p.389-406.

- _____. The intermittent control of the Amazonia territory (1616-1960). *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 4, p.652-665.
- _____. Mitos y realidades de la Amazônia brasileira en el contexto geopolítico internacional (1540-1912). Tese de doutorado, Departamento de Geografia, Universitat de Barcelona, 1989 c.
- _____. Urbanização e migração na Amazônia Legal. Sugestão para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. eds. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, 1990, p.107-113.
- MAHAR, D. *Government policies and deforestation in Brazil's Amazon region*. World Bank. Washington, 1988.
- MARTINE, G. Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. *Revista de Economia Política*, n. 2, p.53-76, 1982.
- MARTINS, J. S. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, 1975, p.43-55.
- MATTOS, I. *O Tempo Saquarema*. S. Paulo, 1987.
- MEIRA Mattos, M. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro, 1977.
- MESQUITA, O.; SILVA, S. A agricultura brasileira: questões e tendências. *Brasil: uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- MIRANDA, M. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia. IN: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. eds. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, 1990, p.47-62.
- MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. *Boletim geográfico*, 7, n. 78, p.11-17, 1945.
- _____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. S. Paulo, 1984.
- _____. Les mouvements pionniers en Amérique Latine. En CREDAL: *Les phénomènes de "frontière" dans les pays tropicaux*. Travaux et mémoires de l'Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 35, Paris, 1981, p.49-57.
- MOORE, Jr. B. *Los origenes sociales de la dictadura y de la democracia*. Barcelona, 1986.
- MORAES, R. *Na planície amazônica*. Belém. 7. ed. São Paulo, 1987.
- MORAN, E. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, 1990.
- MOREIRA, E. Conceito de Amazônia. *Revista Brasileira de Municípios*, n. 4, p.105-110, 1956.
- MUSUMECI, L. O mito da terra liberta. Tese de mestrado. Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.
- PEIXOTO, R. C. (1987): O carvão parece ser o centro do problema, mas os camponeses querem atenção para a agricultura. *Pará. Desenvolvimento*. IDESP, n. 22, p.80-82.
- QUEIROZ, M.I. *O messianismo no Brasil e no mundo*. S. Paulo. 1965.
- RACIONERO, L. *Sistema de ciudades y ordenación del territorio*. Madrid. 1981.
- RATTNER, H. UDRY, O. *Colonização na fronteira amazônica: Expansão e conflitos*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Dept. Economia. 1987 (Série Relatórios de Pesquisa, 38).
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. 5. ed. Petrópolis, 1977.
- RIBEIRO, N. F. et al. Perspectivas dos projetos de impacto no desenvolvimento da economia empresarial. *Pará. Desenvolvimento*. IDESP, n. 26; p.84-105, 1990.
- SAWYER, D. (1986): A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: ARAGON, L. y MOUGEOT, L. *Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Belém, p.54-90.
- SILVA, G. Couto e.(1955): *Planejamento Estratégico*. Brasília, 1981.
- _____. *Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1967.

- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, S. Paulo, 1976.
- _____. A via do capitalismo no campo. In.: LATIN AMERICAN REGIONAL CONFERENCE/IGU: *Simpósios e Mesas Redondas*, 2 v., V. 2, p.93-96, 1982.
- _____. Estudos sobre a estrutura de produção e a questão agrária. Campinas, *Cadernos IFCH Unicamp*, núm.11, 1984, p.48.
- SIOLI, H. (1983): *Amazônia*. Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais 2. ed. Petrópolis, 1990.
- SMITH, H. N. (1970). *Virgin Land: the American West as symbol and myth*. New York.
- STERNBERG, H. Transformações ambientais e culturais na Amazônia: algumas repercussões sobre os recursos alimentares da região. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO, 1, Brasília, 1986. *Anais ...* Brasília, EMBRAPA, 1986, p.43-61.
- TURNER, F. J. The significance of the frontier in American history. *Proceedings of the Wisconsin Historical Society*. Madison , 1893.
- _____. *The frontier in American History*. New York, 1920.
- VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária. *Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*. Rio de Janeiro, 1972.
- _____. Seven equivocal theses about Amazonia. *Environment and Planning D: Society and Space*, 1985, v. 3, p.231-238.
- WAIBEL, L. As zonas pioneira do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, 1955.
- _____. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. S. Paulo, 1990.

RESUMO

O propósito do trabalho é destacar os principais elementos que possibilitem a compreensão do processo de modelação de espaços agrários na Amazônia brasileira.

A primeira parte apresenta o rastreamento histórico dos conceitos de “fronteira”, “frente pioneira” e “pioneiro”, e do uso que deles foram feitos no Brasil. Ressalta-se que: a) a “fronteira agrícola” como conceito foi definida como o *lugar do novo*, entendido como introdução das formas e cultura da civilização técnico-mercantil; como um *processo*, resultante da variedade no grau de utilização da técnica e do trabalho, do acesso à propriedade e do tipo de organização espacial; e como um *espírito* especulativo das grandes iniciativas e confiança no futuro; b) a abundância ou disponibilidade de terras é relativa porque o que regula o movimento de apropriação não é *todo* o espaço e sim o *espaço organizado*, sobre o qual se desenvolve a produção; c) conceito de “espaço vazio” combina o critério demográfico com a contraposição entre espaços civilizados e espaços “selvagens”, este último valorado negativamente por critérios étnicos ou econômicos (estagnação).

Na segunda parte, apresentam-se os principais elementos que se consideram como responsáveis pela modelação do espaço agrário na região: a intervenção do Governo Federal; o incentivo ao capital privado; a federalização de territórios; a apropriação e especulação fundiária; as diferenças no uso do solo; a urbanização do campo.

Conclui-se que o problema mais grave na fronteira agrícola amazônica é a reprodução da mesma estrutura econômica socialmente injusta que gera a organização do conjunto do território brasileiro, reforçado pelo domínio do transitório, fato comum às áreas de ocupação recente, o que permite caracterizá-la como área de instabilidade e incerteza, aumentando as pressões sobre a população além do limiar dos riscos inerentes a uma ocupação pioneira.

ABSTRACT

This paper suggests some of the elements that can explain the spatialization of agricultural activities in the Amazon region of Brazil. Firstly a brief historical inquiry is conducted on concepts such as "frontier", "pioneer zone" and "pioneer", tracing its use in Brazil, concluding that: a) the agriculture frontier as a concept can be defined as a place of innovation, that is, the introduction of the forms and the culture of techno-mercantile civilization; as a process, molded by the use of technology and labour, access to landownership and spatial organization; as spirit of initiative, speculation and confidence in the future; b) abundance of and is relative since what regulates appropriation is not absolute space but organized space over which production can be carried out; c) the concept of "empty space" combines demographic criteria with the opposition between civilized and selvatic space, the latter valued negatively by ethnic and economic criteria (stagnation).

Secondly, the main elements responsible for the spatialization of agriculture activities in the Amazon region area presented: federal government intervention; incentives to private capital; federalization of territories; land appropriation and speculation; diversity in landuse; urbanization of rural areas.

Concluding remarks emphasize that the most serious problem in the agriculture frontier is the reproduction of the same socially unfair economic structure found in the rest of the country, aggravated by transitory aspects common to all newly occupied areas thus characterizing the Amazon region as an area of extreme instability and uncertainty responsible for population stress far beyond the expected risks in pioneer occupation.